De: Marina Ferreira Zimmermann <marina.zimmermann@cna.org.br>
Enviado em: terça-feira, 24 de julho de 2018 09:37
Para: camara.mel
Assunto: ENC: UMA SUPLICA PELAS ABELHAS NATIVAS BRASILEIRAS

Prezado Secretário, bom dia.

Recebemos esse e-mail (protocolado) na CNA e esse assunto está na pauta da reunião do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) dessa semana. Solicitamos a gentileza de que vocês enviem aos membros da Câmara Setorial essa questão das melipôneas para o conhecimento de todos e futuras sugestões.

Atenciosamente,

De: Maria Fânia Vieira Zica de Lima **Em nome de** CNA SUT
Enviada em: terça-feira, 17 de julho de 2018 13:58
Para: Marina Ferreira Zimmermann; Joao Carlos de Petribu De Carli; Rodrigo Justus de Brito; Nelson Ananias Filho
Assunto: ENC: UMA SUPLICA PELAS ABELHAS NATIVAS BRASILEIRAS

PSC

De: Rosalia Silva Fernandes **Em nome de** CNA
Enviada em: terça-feira, 17 de julho de 2018 08:18
Para: CNA SUT
Assunto: ENC: UMA SUPLICA PELAS ABELHAS NATIVAS BRASILEIRAS

De: Áttila Okada [mailto:okjuridico@gmail.com]
Enviada em: segunda-feira, 16 de julho de 2018 19:29
Assunto: UMA SUPLICA PELAS ABELHAS NATIVAS BRASILEIRAS

Boa noite. Me chamo Áttila Okada. Sou advogado e meliponicultor.

Esta carta é uma **SÚPLICA** para que você, ilustre integrante da Câmara Técnica de Biodiversidade do CONAMA, no exercício das mais importantes atribuições, reveja o modo como será realizada a regulamentação da atividade de meliponicultura no Brasil, pois esta nobre atividade necessita muito de amparo.

Que a partir desta carta, seja possível reavivar as discussões com a classe meliponicultora, para então buscar trazer ao nosso país um sistema ambientalmente mais justo, o qual proteja o meio ambiente natural, estimule a preservação de nossa flora e fauna nativas e também resguarde os direitos dos meliponicultores, proteja o desenvolvimento econômico da atividade e ainda a resguarde a cultura do país.

A final, todos estão atrelados de forma orgânica e indissociável.

UMA SUPLICA PELAS ABELHAS NATIVAS BRASILEIRAS

Recentemente entrou em análise dentro do CONAMA o processo de revisão da resolução a qual disciplina a criação de abelhas nativas. O andamento do processo pode ser acompanhado no site do CONAMA, pelo endereço:

A última versão disponibilizada no site (Procedente do 11º CIPAM) em 04/06/2018 foi acessada em:

http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/8CC7BA5B/PropResol_AbelhaSemFerrao.pdf

Realizei uma profunda análise do texto da proposta e notei uma série de sérias **ameaças ao meio ambiente** caso a resolução seja aprovada da forma em que se encontra.

Tentarei a seguir expor de forma simples, porém com os detalhes necessários que a importância deste tema exige.

Na segunda metade da carta de súplica, apresento uma proposta com ideias para solucionar os problemas encontrados, e ao final apresento a conclusão e realizo alguns pedidos.

I. Dos princípios que envolvem a atividade de criação de abelhas nativas sem ferrão.

O princípio da utilização sustentável é o norte que deve reger todas as intenções e normas de qualquer regulamento para controle da atividade de criação de abelhas nativas sem ferrão.

E a partir da clara definição deste princípio é que se pode avaliar a pertinência e o cabimento de cada regra e de cada situação os quais são objeto do novo regulamento.

O Princípio da utilização sustentável envolve os seguintes princípios:

- **Princípio da proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado.**

“CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A Constituição Federal estabelece o meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito de todos. A palavra “meio ambiente” utilizada na Constituição deve ser interpretada em sentido amplo, englobando o meio ambiente natural (aquele da natureza), o meio ambiente artificial (aquele criado pelo homem). E também o meio ambiente cultural (a cultura, o patrimônio artístico, paisagístico, turístico, o patrimônio histórico, e etc). Tudo isso também faz parte do conceito de meio ambiente, em sentido amplo, que a lei utiliza, e deve ser resguardado pelo poder público e pelos órgãos ambientais.

Para encontrar a correta forma de se proteger a tantos meio ambientes, a Constituição definiu a maneira justa para encontrar o correto equilíbrio. Trata-se do equilíbrio ecológico.

Ecologia é definida como sendo a relação de coexistência entre todos os seres vivos e o meio em que eles vivem. O foco do equilíbrio deve ser sempre aquele que busca preservar esta relação que envolve não somente os animais e a natureza, mas também o ser humano e suas necessidades, almejando que todos coexistam uns com os outros e também com o meio necessário a sua existência.

- **Princípio da conservação dos ecossistemas e Princípio da proteção das espécies;**

Ainda no artigo 225 da Constituição, encontra-se estabelecido no parágrafo primeiro a obrigação em proteger a fauna e a flora, combatendo as práticas que coloquem em risco a função ecológica, provoquem a extinção das espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Aqui já cabe destacar a grande responsabilidade que tem os órgãos ambientais em encontrar o devido equilíbrio ecológico e atuar de forma objetiva para combater estas condutas, pois o tema é complexo e pode induzir o legislador infraconstitucional ao erro, pois, no tema das abelhas nativas sem ferrão, a indevida ou desmedida restrição da atividade de meliponicultura por si só, pode colocar em risco a função ecológica das abelhas e da flora visitada por elas. Pode também contribuir para a extinção das espécies já que os meliponicultores são guardiões das abelhas nativas. E ainda, uma decisão mal tomada pode obrigar o meliponicultor a submeter os animais a atos que podem ser considerados como atos de crueldade, conforme será melhor exposto mais adiante, em momento propício.

- **Princípio da qualidade ambiental e do combate à poluição:**

Atendendo a Constituição, fora criada a Política Nacional do Meio Ambiente, tendo por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida.

Este objetivo principal também é princípio muito importante para a atividade da meliponicultura, pois excessos em restrições a esta atividade também podem acabar sendo atos totalmente contra a não somente a preservação, mas também a melhoria e recuperação da qualidade ambiental, visto as abelhas nativas serem os principais polinizadores a uma grande parcela de nossa flora nativa, e serem ainda bioindicadores da qualidade ambiental.

LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.

Art. 2º. A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;

IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

Desta forma o planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais é princípio que deve ser atendido, mas desde que não contrarie o objetivo principal, qual seja o da melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia a vida, e ainda, que assegure no país condições ao desenvolvimento sócio econômico e ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Novamente vemos a meliponicultura novamente protegida, mas dessa vez, em outro aspecto, o do desenvolvimento sócio econômico e também vemos o meliponicultor protegido agora pelo princípio da dignidade da pessoa humana.

A meliponicultura é atividade praticada em imensa maioria por pequenos produtores, por meliponicultores individuais, e/ou por preservacionistas. Isto porque a meliponicultura, comercialmente falando, perde para o mercado do mel de apis que é consumido em muito mais quantidade no país e conseqüentemente, mais rentável. Desta forma, a proteção do desenvolvimento sócio econômico do meliponicultor precisa de atenção muito maior do que a do apicultor, visto o setor da meliponicultura ser mais frágil, socialmente e economicamente falando também. O meliponicultor presta serviços ambientais mais importantes do que o apicultor. Apesar de ambos contribuírem com serviços de polinização, o meliponicultor por criar espécies nativas no Brasil tem papel ambiental muito mais relevante do que o apicultor. Porém, existe no Brasil um cenário completamente injusto, o qual precisa ser combatido. Enquanto que

o apicultor não precisa de qualquer tipo de registro em órgãos ambientais, o meliponicultor é obrigado a se registrar, e caso não o faça, se torna criminoso, com penas e multas altíssimas. Este fato não somente é prejudicial ao meio ambiente, como também fere o princípio da dignidade humana do meliponicultor, que pode ser penalizado ambientalmente falando, por cometer condutas que melhoram o meio ambiente.

Sobre o combate a poluição, temos estabelecido pela mesma lei da política do meio ambiente:

“Art 2º ...

...

V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;”

E ainda temos, no artigo seguinte, o conceito de poluição, o que traz novos princípios.

Art. 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

- a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;
- c) afetem desfavoravelmente a biota;”

o **Princípio da proteção da saúde e bem-estar da população;**

A meliponicultura é atividade que propicia saúde e bem estar. Muitos meliponicultores iniciam a atividade não para exercerem o comércio, mas sim para ter acesso a um produto medicinal para seu consumo próprio (mel e própolis de abelhas nativas). Estes meliponicultores devem ser protegidos.

o **Princípio da proteção das atividades sociais e econômicas;**

Já como dito, os meliponicultores que exercem a atividade de forma comercial, são em infinita maioria agricultores familiares, e pessoas de baixa classe social que utilizam da atividade como forma de complementação de renda.

o **Princípio de proteção a biota.**

E o terceiro principal grupo de meliponicultores são aqueles que criam as abelhas nativas com intuito de preservar não somente as abelhas, mas também a flora e conseqüentemente o restante da fauna que depende desta flora favorecida pelas abelhas sem ferrão.

• **Princípio da preservação e restauração dos recursos ambientais**

A meliponicultura ainda é atividade inteiramente voltada a preservação e restauração dos recursos ambientais.

Saliente-se que este grande princípio da Política Nacional do Meio Ambiente resguarda ainda a utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico.

“Art 4º - A Política Nacional do Meio Ambiente visará:

VI - à preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida;"

Ora a meliponicultura nada mais é do que um grande exemplo de utilização racional de um recurso ambiental, voltado à preservação e restauração dos recursos ambientais, concorrendo para a manutenção e equilíbrio ecológico propício à vida.

Desta forma a atividade da meliponicultura deve ser amplamente protegida e estimulada pela atuação dos entes públicos. E qualquer restrição que não seja muito bem especificada e fundamentada, certamente será um desrespeito aos princípios que regem o meio ambiente!

Atender a estes princípios é obrigação que se impõe, e o modo mais correto de realizar o atendimento a estes objetivos e preceitos não é criminalizando o meliponicultor, ou burocratizando sua atividade, ou restringindo sua atuação, muito pelo contrário, afinal, todos os objetivos e princípios ambientais pedem que o meliponicultor seja protegido e que sua atividade seja estimulada.

Coibir a figura do poluidor o do criminoso ambiental, aquele que invade as matas e destrói o meio ambiente derrubando árvores, saqueando colônias e/ou produtos das abelhas nativas, tem sim sua importância; porém não se pode esquecer de nenhuma forma que estas atividades já são proibidas e severamente penalizadas por todo o sistema legal, independente de ter ou não a resolução 346/2004 ou de uma revisão a esta resolução.

Recriar normas que tentem penalizar estes criminosos chega a ser, como se diz o ditado popular "chover no molhado".

Já o resguardo ao meliponicultor, aquele que presta serviços ambientais seja de forma comercial ou preservacionista, este resguardo não está sendo devidamente realizado, nem pela 346/2004, nem pela proposta de revisão.

A atividade de meliponicultura hoje em dia é atividade insustentável, não por ela ter qualquer impacto negativo ao meio ambiente, muito pelo contrário, é atividade que somente traz benefícios. A insustentabilidade da meliponicultura está vindo diretamente do poder público, através de seu injustificado excesso de restrições e exigências, e ainda pela edição de regulamentos obscuros, omissos ou contraditórios os quais estão sendo amplamente editados por todo o país.

Desta forma, proteger e incentivar o meliponicultor é medida **urgente** ao meio ambiente!

II. Do sistema para obtenção de autorização para criação de abelhas nativas sem ferrão, previsto pela atual resolução CONAMA 346/2004, e do abuso cometido pelo IBAMA, por omissão do CONAMA.

Na norma atual, vigoram dois sistemas de autorização para criação de abelhas nativas que serão detalhadas a seguir:

Para criadores com menos de 49 colônias, o único requisito o qual é exigido pelos órgãos ambientais é a inscrição no cadastro CTF do Ibama. Procedimento realizado pela internet, o qual sai instantaneamente e pode ser realizado por qualquer pessoa, seja ela pessoa física ou pessoa jurídica.

Para criadores com mais de 50 colônias; este sistema, mais burocrático, segundo a IN7 /2015 do IBAMA, necessita de uma autorização em 3 fases, com a obtenção de autorização prévia, autorização de instalação e autorização de manejo.

Existe também a necessidade de apresentação de responsável técnico (biólogo ou veterinário) devidamente registrado em conselho de classe. O exercício desta atividade somente pode ser realizado por pessoa jurídica (empresa).

Do rigor excessivo imposto pelo IBAMA

Primeiramente, cabe aqui expor de forma breve a forma de conduta a qual o IBAMA trata criadores de abelhas exóticas da espécie *Apis Mellifera*.

Segundo o entendimento do IBAMA, a criação de abelhas *Apis* não oferece nenhum risco ambiental que traga qualquer tipo de necessidade de registro ou controle ambiental. Merece destacar aqui o fato da abelha *Apis* ser uma espécie exótica, invasiva, de vida livre e extremamente agressiva.

Não são poucos os casos de mortes de todo tipo de animal silvestre, e inclusive de seres humanos, atacados por enxames de abelhas *Apis*.

A quantidade de abrigos de fauna silvestre que são invadidos por enxames de *Apis* é incontável. A escapada de enxames de apiários é impossível de se controlar. E nenhum destes fatos torna diferente a interpretação do IBAMA de que esses animais não representam risco ambiental suficientemente significativa a ponto de exigir qualquer tipo de controle por órgãos ambientais.

Mas não é de abelhas *Apis* que estamos falando, então voltemos a questão das abelhas nativas.

Todos nós meliponicultores, e acredito que também o CONAMA ao editar a resolução 346/2004, não imaginaram que o IBAMA iria criar tamanho entrave à atividade de meliponicultura.

A atividade deveria ter seus critérios próprios, mas talvez por economia, o IBAMA acabou por inserir nas regras da IN 7/2015 a qual regula todo tipo de criadouros de todos os tipos de animais nativos.

Veja que a atual resolução CONAMA nº 346/2004 dispõe em seus artigos 3º e 5º:

Art. 3o É permitida a utilização e o comércio de abelhas e seus produtos, procedentes dos criadouros autorizados pelo órgão ambiental competente, na forma de meliponários, bem como a captura de colônias e espécimes a eles destinados por meio da utilização de ninhos-isca.

Art. 5o A venda, a exposição à venda, a aquisição, a guarda, a manutenção em cativeiro ou depósito, a exportação e a utilização de abelhas silvestres nativas e de seus produtos, assim como o uso e o comércio de favos de cria ou de espécimes adultos dessas abelhas serão permitidos quando provenientes de criadouros autorizados pelo órgão ambiental competente.

§ 1o A autorização citada no caput deste artigo será efetiva após a inclusão do criador no Cadastro Técnico Federal-CTF do IBAMA e após obtenção de autorização de funcionamento na atividade de criação de abelhas silvestres nativas. (Grifei).

Da simples leitura desses dispositivos pode se concluir que a autorização de meliponários deveria ter sido estabelecida pelo IBAMA em fase única (autorização de funcionamento), e deveria também ser avaliada de forma específica (atividade de criação de abelhas nativas). Porém dada a forma em que a resolução fora escrita, o IBAMA pôde convenientemente utilizar-se de sua própria interpretação, e desta forma não criou procedimentos específicos para a atividade, e tampouco criou o procedimento específico de autorização de funcionamento na forma almejada pela resolução 346/2004.

Cumpramos destacar o enorme abismo que se forma entre estas duas modalidades de criação.

Em uma situação prática, um criador de 49 colônias, o qual encontra-se regular somente com uma simples inscrição feita pela internet e sem qualquer apresentação de documentos ou necessidade de análise, ao simplesmente obter uma única nova colônia vê-se em situação irregular, com toda sua criação em risco. De

uma hora para outra ele tem a necessidade instantânea de constituir pessoa jurídica, entrar com pedido de autorização prévia, solicitar autorização de instalação, apresentar responsável técnico, ter seu imóvel aprovado em inspeção, entre outros requisitos, tendo que aguardar meses até a total realização de todos esses trâmites de aprovação, fora o custo com os encargos necessários para contratação de profissional responsável técnico, abertura de pessoa jurídica e eventuais obras necessárias no imóvel, a critério do órgão competente, o qual na quase totalidade das ocasiões não está capacitado para avaliar atividades de meliponicultura.

Todo este entrave ocorreu porque o IBAMA entendeu que a resolução não o obrigou a criar uma nova modalidade de autorização, própria para meliponicultura, podendo ele simplesmente desconsiderar a previsão dos artigos citados e utilizar-se de suas normas já construídas, as quais atendem a todas as categorias de animais que não possuem regulamentos específicos. A única coisa que fez o IBAMA foi excluir de seu regulamento criações de menos de 49 colônias.

Na prática, o que o IBAMA fez foi consolidar um limite de criação de 49 colônias de abelhas para a atividade de meliponicultura, visto que a partir de 50 as exigências são completamente proibitivas a atividade.

Tal interpretação e conduta geraram inúmeros prejuízos a classe meliponicultora, motivo pelo qual a iniciativa da revisão da resolução foi tomada.

Mais que um simples descontentamento com esse “pseudo” limite de 49 colônias, o combate a tamanha obstacularização da atividade de meliponicultura é o principal anseio dos meliponicultores, como também foi o anseio que justificou a criação da própria resolução CONAMA 346/2004.

É importante destacar que o meio ambiente sempre precisou de estímulo à meliponicultura, pois as abelhas nativas desempenham importante papel para toda a natureza e a obstacularização da atividade somente causa prejuízos em todos os setores.

A parte do dispositivo da atual resolução CONAMA 346/2004 merece um destaque especial, pois ela propriamente expõe os motivos pelos quais a atividade da meliponicultura necessita ser estimulada e não obstaculizada. Veja:

“Considerando que as abelhas silvestres nativas, em qualquer fase do seu desenvolvimento, e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituem parte da fauna silvestre brasileira;

Considerando que essas abelhas, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são bens de uso comum do povo nos termos do art. 225 da Constituição Federal;

Considerando o valor da meliponicultura para a economia local e regional e a importância da polinização efetuada pelas abelhas silvestres nativas na estabilidade dos ecossistemas e na sustentabilidade da agricultura; e

Considerando que o Brasil, signatário da Convenção sobre a Diversidade Biológica-CDB, propôs a “Iniciativa Internacional para a Conservação e Uso Sustentável de Polinizadores”, aprovada na Decisão V/5 da Conferência das Partes da CDB em 2000 e cujo Plano de Ação foi aprovado pela Decisão VI/5 da Conferência das Partes da CDB em 2002, resolve:”

Certamente a postura do IBAMA em equiparar o meliponicultor a um criador de animal silvestre qualquer desrespeitou completamente estes princípios. E este tipo de conduta de órgãos ambientais hierarquicamente inferiores deve ser avidamente combatida pelo CONAMA, principalmente após a edição da LC 140/2011 a qual transferiu a competência de aprovação de criadouros de animais silvestres para os estados, e desta forma deu a eles o poder de regulamentarem os requisitos para esta aprovação da maneira que bem entenderem.

Veja que não existem fundamentos sólidos para tamanha restrição a atividade de criação de abelhas nativas (constituição de pessoa jurídica, indicação de responsável técnico, aprovação em vistoria, autorização em 3 fazes e etc.).

A única resposta que se deduz deste excesso de controle é unicamente a conveniência em inserir as abelhas nativas sem ferrão em regulamento pronto, geral para qualquer tipo de animal silvestre, e assim o IBAMA não ter que criar uma nova regulamentação específica.

III. Da revisão da resolução CONAMA 346/2011 e novos problemas que podem ser criados por meio dela.

Para solucionar o problema descrito, qual seja, o do abismo normativo entre criações de menos de 49 e de mais de 50 colônias, e também unificar os procedimentos relativos a regulamentação das criações de abelhas nativas no país, o CONAMA atendeu aos anseios da classe meliponicultora e iniciou as discussões a respeito da revisão da resolução CONAMA 346/2004.

Porém, o que se vê é um cenário ainda pior do que o anterior.

A atual proposta de revisão foge completamente não só do objetivo direto de simplificar atividade de meliponicultura, mas também contraria todos os princípios ambientais já detalhados no início da presente carta de súplica.

Do novo cenário de incerteza e da obstacularização da atividade criados pelo sistema de permissão estabelecido pela atual proposta de revisão

Apesar do nobre interesse em atender os anseios dos meliponicultores e promover uma atualização do regulamento, o que se vê no novo texto proposto é uma situação repleta de incertezas e que consequentemente irá contribuir para a perpetuação de obstáculos, como será detalhado a seguir.

Da grave erro em estabelecer dentro do controle ambiental uma obrigatoriedade de nova modalidade de autorização emitida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Primeiramente, merece destaque a menção expressa da necessidade de autorização pelo MAPA. Dispõe o artigo 3º da referida proposta:

Art. 3º É permitida a utilização, o comércio de abelhas-nativas-sem-ferrão e de seus produtos, assim como a obtenção de colônias na natureza por meio da utilização de recipientes-isca, mediante autorização do órgão ambiental competente e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O CONAMA, órgão integrante do Ministério do Meio Ambiente, tem competência para versar sobre todas as questões da seara ambiental, em atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais, mas não tem poder nenhum para estabelecer procedimentos relacionados a outros ministérios, em específico o MAPA, o qual controla as atividades de agricultura, pecuária e abastecimento.

Apesar de não poder coordenar as atividades do MAPA, o CONAMA tem o poder de exigir o atendimento a procedimentos relacionados a outros ministérios, desde que estes procedimentos sejam fundamentais para o controle ambiental o qual o CONAMA é competente e tem a responsabilidade em realizar. Não é o caso!

A nova redação do artigo 3, transcrito anteriormente, cria então a necessidade do cumprimento de dois requisitos para a criação de abelhas nativas:

- O primeiro requisito é a necessidade de obtenção de autorização do órgão ambiental.
- O segundo requisito é a autorização do MAPA.

Destaque-se que o CONAMA é competente para versar somente sobre a questão ambiental.

Ou seja, de acordo com a nova regra da revisão, para se conseguir a regularidade exclusiva da área ambiental deve-se ter não só a autorização do órgão ambiental, mas também se deve apresentar uma autorização do MAPA, tenha o MAPA criado essa autorização ou não.

Isso cria um cenário de completa insegurança. Pois se o MAPA não criar os procedimentos para concessão desta autorização (segundo requisito), a autorização ambiental não vai existir por falta de um dos requisitos necessários, mesmo que o meliponicultor tenha regularmente pego autorização do órgão ambiental (primeiro requisito).

Além deste problema, o CONAMA não pode estabelecer em sua resolução quais os procedimentos que o MAPA deve seguir para conceder esta autorização, nem pode falar sobre prazo para que o MAPA realize este controle, que pode não sair nunca, o que inviabilizaria totalmente a meliponicultura. Isso porque CONAMA e MAPA são ministérios diferentes.

Desta forma é de extrema importância que o CONAMA não crie óbices a atividade de meliponicultura, determinando que os meliponicultores obtenham autorizações de outras esferas, para exercer atividade regular, visto esse requisito não ser de nenhuma forma necessário para o controle ambiental.

Se o CONAMA, ao editar sua resolução, buscou fazer menção aos procedimentos necessários junto ao MAPA, com intuito meramente informador, cometeu grave erro no modo de escrita! Pois, do modo como se encontra o texto, criou um obstáculo que além de não significativo para o controle ambiental, poderá ser intransponível ou restritivo a ponto de impedir a atividade.

É importante esta Câmara Técnica entender que o controle realizado pelos outros ministérios continuará valendo, independente do CONAMA definir isto em seu regulamento ou não definir, pois não tem o CONAMA poder para isentar o meliponicultor da obrigação de estar regular em outros ministérios, seja com a parte sanitária regulamentada pelo MAPA, seja com a parte fiscal regulamentada pela Receita Federal, ou seja com qualquer outro ministério.

Da inovação em exigir autorização ambiental para o uso de produtos provenientes de abelhas nativas.

Outra inovação muito restritiva é a inserção do requisito de obtenção de autorizações para o uso de produtos provenientes de abelhas-sem-ferrão.

Art. 3º É permitida a utilização, o comércio de abelhas-nativas-sem-ferrão e de seus produtos, assim como a obtenção de colônias na natureza por meio da utilização de recipientes-isca, mediante autorização do órgão ambiental competente e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Ou seja, numa interpretação literal, todas as pessoas que forem comprar mel ou própolis de abelhas sem ferrão para seu consumo ou uso, deverão estar devidamente registradas e autorizadas nos termos do artigo 3º, com todas as mesmas regras definidas para os criadores.

Tal exigência ou é outro grave erro de escrita, ou é exigência incrivelmente restritiva, pois exige além do CTF, a obtenção das duas autorizações tanto do órgão ambiental quanto do MAPA, não somente para os criadores, mas também para todos os consumidores.

Dos prejuízos ao se exigir documento do serviço veterinário como requisito para controle ambiental de comercialização de colônias ou parte delas.

Vê-se novamente uma grande indefinição ao se estabelecer novamente que para se obter autorização ambiental para comercialização de colônias ou parte delas, será necessário a obtenção de documento de trânsito do serviço veterinário oficial, tal documento é emitido também pelo MAPA. Novamente encontra-se no regulamento o equívoco de vincular a obtenção de documento de outra esfera administrativa para obtenção de uma autorização que é de natureza estritamente ambiental.

§ 1º Será permitida a comercialização de colônias ou parte delas desde que sejam resultado de métodos de manejo para multiplicação, a partir da geração F1 e desde que acompanhada de documento oficial de trânsito emitida pelo Serviço Veterinário Oficial.

Tal previsão traz prejuízos a classe meliponicultura, pois representa dupla penalização para uma mesma conduta.

Veja que, atualmente, se um meliponicultor transportar animais sem o regular documento do serviço veterinário oficial, ele já estará sujeito as penalidades definidas pelo MAPA.

Porém, com esta nova resolução do CONAMA, este mesmo meliponicultor que já sofreria as sanções do MAPA, por não ter atendido a nova resolução, também terá sanções do órgão ambiental, visto que estaria em situação ambientalmente não autorizada. Será então o meliponicultor penalizado com multas sanitárias, e também será penalizado com multas ambientais. Seriam duas penas para uma só conduta. Sem falar no crime ambiental, afinal toda atividade praticada sem autorização, pela lei de crimes ambientais, é severamente penalizada.

Além desta dupla penalização, a instituição de procedimento alheio a esfera ambiental faz com que o meliponicultor fique totalmente inseguro quanto aos procedimentos a serem realizados junto ao MAPA, pois sendo ele órgão independente, pode o MAPA decidir por atender ou não o que está definido na resolução do CONAMA.

Da impossibilidade de obrigar o meliponicultor a controlar gerações de seus enxames

Aqui a proposta de resolução inova ao estabelecer que a comercialização somente poderá ser realizada a partir da segunda geração, mantendo então a matriz obrigatoriamente no meliponário.

§ 1º Será permitida a comercialização de colônias ou parte delas desde que sejam resultado de métodos de manejo para multiplicação, a partir da geração F1 e desde que acompanhada de documento oficial de trânsito emitida pelo Serviço Veterinário Oficial.

Em que pese o nobre intuito moral de se criar uma regra que obrigue aos meliponicultores manterem as matrizes das colônias de abelhas em seu meliponário, tal regulamento em realidade é imensamente abusivo, impraticável e não tem fundamento ambiental que se justifique.

Abusivo porque a decisão de manter ou não manter enxames em meliponário deve ser direito e faculdade do meliponicultor.

É nítido que esta restrição contraria a própria essência do CONAMA em combater a poluição, pois o próprio CONAMA está sendo agente criador de condições adversas às atividades sociais e econômicas, sem qualquer justificativa ambiental plausível. (Lei 6.938/1981, art. 2º, V e art. 3º, III, b)

Então a primeira reflexão que surge desta premissa é o que o meliponicultor fará com estas matrizes o dia que este meliponicultor decidir por encerrar sua atividade? Seriam entregues aos órgãos ambientais, seriam introduzidas em espaços naturais públicos, seriam doadas? Seriam exterminadas?

Vê-se claramente uma limitação que impossibilita o meliponicultor de dispor de suas colônias, e por consequência desestimula a atividade, com consequências ambientais negativas, afetando desfavoravelmente a biota e desta forma contrariando também a alínea c) do inciso III do artigo 3º combinado com o inciso V do artigo 2º da lei 6.938/1981.

Da impossibilidade de obrigar o meliponicultor a manter enxames em seu meliponário

Novo erro comete a revisão ao tentar impedir que os meliponicultores comercializem enxames capturados em iscas, retirados na natureza ou oriundas de encaminhamentos.

§ 2º É vedado o comércio de colônias obtidas por meio da utilização de recipientes-isca, retiradas da natureza ou oriundas de encaminhamentos do órgão ambiental competente.

Sabe-se que grande parte das colônias de abelhas nativas é oriunda de capturas realizadas por meio de ninhos isca. Tal procedimento é ambientalmente correto, visto que através da disponibilização de abrigo se estimula a multiplicação natural das abelhas nativas, as quais na maioria das vezes não se reproduzem por inexistência de local apropriado para estabelecimento de suas colônias.

A captura por meio de ninho isca não é predatória e não reduz a quantidade de colônias disponíveis em ambiente natural.

Esta restrição somente faz desestimular a atividade tão importante, qual seja a de instalar iscas e de resgatar enxames em perigo. Em muitos casos quando o meliponicultor não tiver mais espaço em seu meliponário, ou o meliponicultor vai deixar de prestar esse serviço de instalar iscas e favorecer a reprodução natural dos enxames de abelhas nativas, ou então no caso de resgates, ele deixará os enxames para morrerem no local.

O CONAMA com este comportamento contra a meliponicultura age como vilão do meio ambiente, age como poluidor, pratica as condutas que ele mesmo deveria estar combatendo!

É importante esta Camara Técnica compreender que não pode regular uma matéria de modo simplesmente teórico. É preciso avaliar bem os resultados práticos de suas ações. E também conhecer como a atividade é na prática antes de criar regras.

Sabe-se então que as iscas que um meliponicultor instala não possuem garantias de captura e nem existe possibilidade de se prever a quantidade de enxames que serão capturados.

Algumas vezes os índices de captura ficam em torno de menos de 5%, outras vezes se alcança índices de mais de 70%, depende muito do clima, da época do ano, de como foi a florada na região, entre uma série de outros fatores.

Desta forma a maioria dos meliponicultores sempre espalham uma grande quantidade de iscas para garantir as capturas, e eventualmente quanto capturam em excesso, vendem o excedente como forma de complementação de renda.

Cabe aqui destacar novamente que capturar enxames de abelhas sem ferrão sempre significa multiplicar a quantidade de animais disponíveis ao meio ambiente, visto que diferentemente das abelhas Apis os enxames de abelhas nativas não são migratórios, sendo que a rainha perde a capacidade de voar depois que acasala, o que garante que toda captura seja referente a um novo enxame na natureza.

Então, partindo para uma situação prática, supondo que um meliponicultor coloque 100 iscas com o objetivo de ter eficiência de 5% e obter 5 novos enxames; porém como não há possibilidade de controle das capturas, esse meliponicultor acabe por realizar a captura de 70 colônias em vez das 5 que gostaria. O que ele faz?

Ficaria ele obrigado a manter esses 65 enxames excedentes em seu meliponário para vender somente os filhos destes enxames? E se ele não tiver estrutura manter esta criação, deve ele abandonar esses animais? Eliminar o excedente?...

Fica claro o completo desrespeito a liberdade do criador, e todos os danos ambientais decorrentes desta restrição! Evidente também se mostra o total desconhecimento prático geral da realidade da meliponicultura por parte do CONAMA em pensar em criar esta restrição.

É evidente que com ou sem restrição o meliponicultor vai continuar vendendo ou doando estes enxames excedentes. E caso exista uma penalização real, a consequência lógica será estimular o meliponicultor em

eliminar os enxames extras, o que seria ato incrivelmente prejudicial ao meio ambiente, ato este estimulado pelo CONAMA.

Desta forma controlar as gerações dos enxames dos meliponicultores e impedir a comercialização é medida totalmente impraticável e deve ser retirada por completo!

Outra consequência prática negativa será o desestímulo a captura de enxames por meio de ninhos isca. Isso será prejudicial ao meio ambiente, pois o uso de ninho isca é uma forma de preservação desses animais, estimulando sua reprodução num momento onde o desmatamento crescente traz enorme ameaça não somente pela derrubada árvores com ninhos estabelecidos, mas também pela redução dos locais disponíveis para estabelecimento de novas colônias, o que acaba por reduzir cada vez mais a população destes insetos tão importantes no país.

Mais uma consequência negativa é o estímulo a informalidade da atividade.

É sabido hoje que a enorme maioria dos meliponicultores encontra-se em situação informal, sem a realização dos devidos registros, e em maior parte por conta da burocracia.

O excesso injustificado de regras, procedimentos e requisitos somente incentiva a manutenção desta informalidade.

A informalidade da meliponicultura é um grande problema ambientalmente falando porque as abelhas são importantes bioindicadores ambientais e a informalidade retira o acesso a informações muito importantes para os órgãos públicos.

Ter uma atividade tão nobre e importante sendo desenvolvida em maioria de modo informal traz enormes prejuízos estatísticos e prejudica o controle ambiental dos ecossistemas, pois os órgãos ambientais perdem ao não reunir as informações provenientes dos meliponicultores a respeito da vida e incidência das abelhas nativas.

Além disso a informalidade é um prejuízo ambiental por si só, já que a formalização cresce de forma proporcional ao estímulo governamental que a atividade recebe, e ter uma enorme maioria exercendo a atividade de maneira informal revela uma grande carência ou ineficiência de incentivos neste setor.

Da obscura aplicação das restrições à parte das colônias

Todas as restrições ainda se aplicam as colônias ou a parte delas. E neste ponto ainda restam incertezas a respeito sobre o que seja parte de uma colônia.

§ 1º Será permitida a comercialização de colônias ou parte delas desde que sejam resultado de métodos de manejo para multiplicação, a partir da geração F1 e desde que acompanhada de documento oficial de trânsito emitida pelo Serviço Veterinário Oficial.

Cabe aqui trazer a transcrição da definição de colônia realizada pelo art. 2º:

“IV – Colônia: conjunto composto pelo ninho e suas abelhas”.

Nota-se que inexistente definição de “ninho”, e esta definição seria importante para se definir o que seria parte de uma colônia. Do contrário, o própolis, o geoprópolis e a cera dos invólucros podem ser consideradas partes integrantes do ninho e conseqüentemente será necessário o atendimento de todos os requisitos estabelecidos.

Sobre a inviabilidade operacional do controle das restrições pretendidas.

Muitas vezes o legislador opta por impor restrições ou regras para controle de atividades, mas não reflete a respeito de como estas restrições ou regras serão devidamente aplicadas a situações reais.

Tais regras acabam por criar normas que não “pegam”, ou seja, normas que acabam existindo somente no papel.

Estas normas acabam criando um grande impacto negativo no sistema legal, que fica cada vez mais esparso, complexo e cada vez menos efetivo.

Vimos aqui como pretende a revisão da resolução CONAMA 346/2004 criar novas restrições para controle da atividade de meliponicultura. Muitas novas restrições visam impedir que o meliponicultor venda certos tipos de colônias.

Mas pensou este órgão em como operacionalizar isso?

Sabe-se que abelhas são animais criados em vida livre. Nenhuma criação tem sucesso se não permitir a liberdade destes animais. Sabe-se também que abelhas tem uma expectativa de vida limitada e um alto índice populacional.

Por estes e outros fatos sobre a vida e o comportamento das abelhas é que vemos que em realidade as abelhas são animais silvestres de natureza peculiar que não podem ser tratados como a maioria dos demais animais.

Não existe possibilidade, por exemplo, do controle através de anilhas e marcações individualizadas, isto porque que cada colônia possui milhares de abelhas, com nascimentos e mortes naturais constantes em todas as castas.

Da mesma forma também não é efetivo o controle de colônias de abelhas pela marcação das caixas utilizadas, pois faz parte do manejo realizado pelos meliponicultores a criação através de módulos, com troca e reaproveitamento das partes e peças de cada caixa.

Realizar o lacre das caixas não é viável e mostra-se ambientalmente negativo, pois inviabilizaria os procedimentos relativos a colheita do mel e do própolis, e ainda impossibilitaria o correto manejo para devido cuidado dos animais.

Desta forma controlar objetivamente as colônias é tarefa impraticável que se mostra injustificável ambientalmente falando. Isto porque a informação quando a existência individual de cada abelha ou colônia não tem qualquer fundamento de ordem ambiental.

A importância ambiental está unicamente em se identificar existência, o local, a quantidade e o status das colônias, independentemente do fato de ser esta ou aquela colônia, este ou aquele animal de maneira individualiza.

Da ineficácia das restrições pretendidas por conta das técnicas de manejo.

Merece pleno destaque o fato de que a regulamentação da criação de abelhas deva visar uma operacionalização prática, e não teórica.

A regulamentação deve ter por objetivo principal o efetivo controle ambiental, seja de forma direta (quantidade e local das criações), e principalmente indireta (incidência das espécies, ocorrência, efetividade de polinização, mortalidade, desequilíbrios ambientais e etc.).

Por isso o registro deve conter informações objetivas, precisas e fiéis para correta avaliação do meio ambiente ao qual as colônias tem relação. Não deve haver margem para existência de informações imprecisas.

É simples prever que qualquer tentativa de se individualizar as colônias e a origem exata de cada animal tende, na prática, a estimular a imprecisão, comprometendo a fidelidade das informações que serão recebidas pelos órgãos ambientais.

Por exemplo, caso seja proibida a venda de enxames obtidos em isca, poderá o meliponicultor registrar estes enxames como nascimentos. Neste caso não existirá forma de averiguar a veracidade desta informação e ainda perderá o órgão ambiental informações importantes sobre onde os enxames foram capturados e dados relativos a incidência natural.

Perde-se o controle ambiental em razão de uma burocracia que não tem aplicabilidade prática, nem suficiente significância ambiental.

Mesmo enxames obtidos por encaminhamentos do órgão ambiental. Pode-se por exemplo registrar uma divisão e um nascimento de nova colônia oriunda deste enxame, e posteriormente pode-se registrar a morte natural deste enxame, ficando o meliponicultor com um único enxame (geração F2) apto a ser comercializado de imediato.

Nem se diga que tal registro será falso, pois não existe regra para manejo de divisão. O meliponicultor pode simplesmente manter 5% ou menos da colônia original (F1) a qual possui restrição, e utilizar o restante dos 95% para formar uma nova colônia realizando uma divisão (F2) a qual poderá ser comercializada de imediato.

Da mesma forma enxames impedidos de serem vendidos em geração F1 podem simplesmente serem registrados como um nascimento F2, mantendo 1% ou menos do enxame original F1 e posteriormente registrando sua morte natural.

Não existe possibilidade, viabilidade e nem interesse ambiental que justifique o custo da conduta do órgão ambiental realizar investigação, uma a uma, de todas as mortes naturais de colônias registradas pelos meliponicultores dentro de seus meliponários; ou mesmo regulamentar e fiscalizar as técnicas de manejo e a quantidade de material que pode ou não ser utilizada para formação de novas colônias.

Tais procedimentos somente demonstrariam um combate direto ao meliponicultor e não é este o objetivo da atuação do órgão ambiental.

Deve o órgão ambiental zelar pela proteção ao meio ambiente, valorizando a atividade do meliponicultor, pois em realidade ele é uma importante ferramenta do órgão ambiental para controle e desenvolvimento ambiental, e não seu inimigo.

Do prejuízo ambiental em proibir a captura de colônias com remoção de árvores vivas

Sobre a proibição de captura de colônias com remoção de árvores vivas onde encontram-se alojadas, exceto para fins de pesquisa científica ou em áreas de supressão vegetal de empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, desde que autorizada por órgão ambiental competente, tal previsão também é prejudicial ambientalmente falando.

§ 3º É proibida a captura de colônias com remoção de árvores vivas onde encontram-se alojadas, exceto para fins de pesquisa científica ou em áreas de supressão vegetal de empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, desde que autorizada por órgão ambiental competente.

Veja que no atual cenário legal, a remoção de árvores vivas já é proibida, com duras penas a todos que realizarem estas atividades. O trânsito de madeira sem comprovação de origem também já é proibido pela atual legislação.

Se tais condutas já são proibidas, na prática a única coisa nova que este dispositivo nos traz é a proibição do salvamento destas colônias de abelhas, impedindo que os meliponicultores as resgatem e realizem o devido cuidado, pois serão proibidos de entrar com estas colônias em seus meliponários.

É sabido que a maior quantidade de árvores derrubadas de forma irregular visa o uso da madeira e/ou do solo.

Não é preciso dados estatísticos para deduzir que a quantidade de árvores derrubadas para remoção de ninhos de abelhas sem ferrão seja completamente ínfima se comparadas com árvores derrubadas para uso do solo ou uso da madeira.

Também não são poucos os relatos de verdadeiros heróis ambientais que chegam próximo a desmatamentos irregulares, correndo risco de vida inclusive, para tentar convencer os desmatadores a permitirem o resgate das colônias de abelhas que são biologicamente impedidas de fugir para estabelecerem morada em novo local sozinhas.

O parágrafo terceiro do artigo terceiro da proposta de revisão acaba completamente com esta atividade, ou estimula que ela continue sendo feita de maneira informal.

Destaque-se novamente que quem perde com a informalidade é o meio ambiente. Veja como seria importante para o controle ambiental se os meliponicultores pudessem registrar a obtenção dessas colônias em desmatamentos irregulares e fornecer preciosas informações para o órgão ambiental sobre a atividade da derrubada ilegal de árvores. Com a provação desta restrição, tais informações serão perdidas.

Há que se destacar à esta Câmara Técnica que uma resolução normativa não é uma cartilha de boa conduta ou um texto informativo, uma resolução é uma Lei, que regula direitos e obrigações! Há que ser encarada com seriedade, pois vai atingir a toda uma classe de pessoas, e também a toda uma gama de plantas e animais que fazem parte da atividade.

Cada norma deve ter um fundamento objetivo para existir, e que seja sempre de características ambientais. Não deve a resolução fazer proibições genéricas ou generalizadas, ainda mais se elas tiverem objetivos já cumpridos em outras leis ou normas.

Do prejuízo ambiental em exigir dos meliponicultores a exibição de autorização ambiental dos empreendimentos responsáveis pela supressão vegetal

Merece ainda destaque sobre uma conduta praticada pelos meliponicultores de forma muito comum e ambientalmente correta, que é o resgate de abelhas e a manutenção das mesmas em seus troncos originais.

Muitos meliponicultores buscam manter, na medida do possível, abelhas dentro de troncos naturais de árvores, não somente pela estética, mas sim pelo valor ambiental, aquele que atesta que a colônia está natural, não existindo interferência humana, não existindo colheita de mel, mantendo o papel ambiental da colônia o mais natural possível para possibilitar uma melhor inter-relação ambiental com a preservação das características próprias da madeira a qual as abelhas se estabeleceram, a integridade do ninho e das estruturas internas, a integridade biológica dos outros organismos que habitam a madeira, com sua convivência harmônica e etc. A extração irregular de madeira viva já é proibida e se mostra uma ameaça ao meio ambiente, porém a conduta de se preservar o ninho de abelhas em seu tronco e morada originais é ambientalmente correta.

Pois bem, sendo proibida a obtenção de colônias oriundas de remoção de arvores vivas, nenhum meliponicultor irá manter as abelhas em seus troncos.

§ 3º É proibida a captura de colônias com remoção de árvores vivas onde encontram-se alojadas, exceto para fins de pesquisa científica ou em áreas de supressão vegetal de empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, desde que autorizada por órgão ambiental competente.

Note-se que é burocracia imensamente excessiva e completamente impraticável a obtenção de documento que comprove a autorização da remoção de árvores. Muitas vezes este documento não existe, mesmo sendo a remoção um direito de seu proprietário, ou simplesmente não é fornecido a um simples meliponicultor que queira salvar uma colônia de abelhas encontrada durante a atividade.

O meliponicultor nessas situações simplesmente vai abrir o tronco e já transferir o ninho para uma caixa de madeira. Acabando com o ninho original e seus benefícios ambientais.

Merece destaque aqui, novamente, o fato de que a extração irregular de madeira já ser proibida por lei, com severas penas, funcionando então a revisão da resolução unicamente como proibição a manutenção das abelhas em troncos de árvore, ou proibição a resgates, o que é ambientalmente negativo.

Desta situação haverá algumas consequências práticas, por exemplo, poderão os meliponicultores deixarem de realizar salvamentos de enxames, em áreas de supressão vegetal, o que será ambientalmente negativo.

Ou também, poderão os meliponicultores continuarem realizando resgates, mas criando um registro excessivo de nascimentos para justificar a procedência destes enxames, o que também é ambientalmente negativo.

Destaque-se que da mesma forma que já exposto anteriormente, não se pode dizer que o nascimento não seja fruto de manejo. Pois pode o meliponicultor dividir um de seus enxames utilizando 5% de material, e fortalecer esta divisão com a integralidade de um enxame capturado.

Tal procedimento é impossível de impedir, e conseqüentemente também é impossível de fiscalizar.

Desta forma, mostra-se claro que tentativas ineficientes de proteção as abelhas que causem transtornos a condutas ambientalmente corretas somente servem para trazer formalidade com informações imprecisas, o que é um problema muito grande e que não trará nenhum benefício ambiental ou qualquer efetividade na proteção ou controle de condutas prejudiciais as abelhas. Somente haverá consequências negativas.

Do sistema de autorização com aumento da burocratização. Da omissão quanto a aprovação estadual. Da ineficiência de controle ambiental. Da continuidade da obstacularização da atividade.

O artigo 4º da proposta de revisão da resolução CONAMA 346/2004 versa sobre o novo sistema de autorização. Neste sistema estão previstos 2 requisitos principais para formalização da atividade, quais sejam o CTF definido pelo IBAMA, a Autorização de Uso e Manejo obtida através do SISFAUNA, também gerido pelo IBAMA, os dois como requisitos federais para criação de abelhas nativas.

Porém subsiste um terceiro requisito, definido pela LC 140/2011, qual seja, a aprovação estadual de criadouro de animais silvestres, o qual a proposta de resolução se manteve omissa quanto aos direitos dos meliponicultores e critérios para esta aprovação estadual. Isso traz um cenário de completa insegurança conforme se verá mais adiante.

Vê-se ainda que a proposta de nova resolução não objetivou a correta especificação de regras específicas referentes a abelhas nativas, para criadores de mais de 50 colônias, como era o intuito original da resolução 346/2004, e ainda criou novos empecilhos para os micro criadores (menos de 49 colônias) que agora são equiparados aos grandes criadores, tendo que além do CTF, se inserir em novo sistema gerido pelo IBAMA, o SISFAUNA, o qual também não é específico para abelhas nativas, possuindo critérios gerais para criação de qualquer animal silvestre.

Dispõe o artigo 4º da proposta de revisão:

CAPÍTULO II

Das Autorizações

Art. 4º A venda, a exposição ou qualquer outra aglomeração desses animais, a aquisição, a guarda, o transporte, a manutenção em meliponário e a utilização de abelhas-nativas-sem-ferrão e de seus produtos serão autorizados quando provenientes de meliponários autorizados pelo órgão ambiental competente e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento devendo estar acompanhado por documento oficial de trânsito emitida pelo Serviço Veterinário Oficial.

§ 1º A autorização citada no caput deste artigo será efetivada após a inclusão do meliponicultor no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e após a obtenção de Autorização de Uso e Manejo.

§ 2º A Autorização de Uso e Manejo será efetivada mediante inscrição no CTF/APP, em atividade específica, e no SISFAUNA, sem necessidade de responsável técnico.

Com este novo sistema, com o intuito de simplificar a atividade, se eliminou a diferenciação de criadores de menos de 49 colônias e criadores de mais de 50 colônias, porém o que se vê na prática é que o exercício da atividade de meliponicultura somente se complicou.

Se antes, um criador de menos de 49 colônias poderia exercer sua atividade somente criando um cadastro CTF, agora ele terá que além do CTF, realizar sua inscrição no SISFAUNA, com critérios ainda desconhecidos, visto a proposta de revisão da resolução ser omissa a este respeito.

Somente se definiu que para essa inclusão não será necessária a indicação de responsável técnico, mas não se falou sobre a possibilidade do exercício da atividade por pessoa física, nem sobre o exercício da atividade em espaços urbanos, sobre vistoria, sobre características do imóvel, sobre necessidade de apresentação de projeto de criação com indicação de plano de alimentação, de procedimentos de controle e manejo, e etc.

Deixou-se o procedimento completamente aberto para que o IBAMA o regulamente, podendo inclusive utilizar-se de suas categorias e procedimentos definidos na tão restrita e burocrática IN 7/2015, a qual foi a fonte de todo o descontentamento dos meliponicultores e da inefetividade da prestação ambiental de amparo e incentivo a meliponicultura, ou ent.

Da mesma forma, sendo a nova resolução omissa quanto aos procedimentos referentes a aprovação de criadouros pelos estados, estes podem também criar novos critérios próprios, prejudicando a uniformidade da atividade no país.

Saliente-se que não somente as abelhas nativas merecem o resguardo pelo órgão público, mas também a proteção dos meliponicultores necessita de amparo, sendo eles principais atores no cenário ambiental da polinização e do amparo as abelhas nativas e conseqüentemente a toda biodiversidade.

Desprezar a figura do meliponicultor como agente a ser protegido para manutenção do meio ambiente causa sérios prejuízos ambientais.

Da omissão quando aos requisitos necessário para autorização de obtenção de colônias mediante utilização de ninhos isca

Omissa também ficou a proposta de resolução quanto aos requisitos necessários a autorização de obtenção de colônias na natureza mediante a utilização de recipientes-isca.

§ 3º A obtenção de colônias na natureza, para a formação ou ampliação de meliponários, por meio da utilização de recipientes-isca será permitida mediante Autorização de Uso e Manejo.

Ficou definido que esta atividade será mediante a Autorização de Uso e Manejo, porém não se definiu critérios, deixando tudo aberto para que o SISFAUNA realize a regulamentação.

Será necessário indicar previamente as coordenadas das iscas? Será necessário juntar carta de anuência do proprietário do local onde as iscas serão instaladas? Será necessário indicar a quantidade de iscas? O procedimento será feito antes ou depois das capturas? Todas estas questões ficaram sem resposta.

Reforce-se ainda a competência estadual para controlar a apanha de espécimes da fauna silvestre, ovos e larvas destinadas à implantação de criadouros, definida pela LC 140/2011, sendo que o órgão estadual

certamente também definirá seu próprio regulamento segundo critérios desconhecidos e livres, visto manter-se omissivo o CONAMA a este respeito.

Da omissão quando aos requisitos necessário para autorização de obtenção de colônias com remoção de árvores vivas

Da mesma forma, em nada diz a proposta de resolução do CONAMA sobre critérios objetivos quanto a obtenção de colônias na natureza com remoção de árvores vivas. Somente estabelece o requisito de ser cadastrado no CTF e no SISFAUNA, não garantindo a efetividade desta atividade, nem restringindo ou definindo qual será a conduta do IBAMA ou do órgão estadual para tal aprovação. Mais uma vez criando um cenário de completa incerteza e insegurança.

§ 4º A obtenção de colônias na natureza com remoção de árvores vivas onde encontram-se alojadas poderá ser autorizada em áreas de supressão vegetal de empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, os quais facilitarão a coleta de colônias em sua área de impacto por meliponicultores cadastrados no CTF/APP e SISFAUNA.

Foi condicionado novamente a autorização ambiental a uma atuação do MAPA e obrigatoriedade de documento oficial de trânsito do sistema veterinário oficial, o que atinge procedimentos fora da competência do CONAMA, e que torna completamente inseguro e frágil todo o sistema de autorização ambiental, visto depender de procedimentos que não são de sua esfera.

Art. 4º A venda, a exposição ou qualquer outra aglomeração desses animais, a aquisição, a guarda, o transporte, a manutenção em meliponário e a utilização de abelhas-nativas-sem-ferrão e de seus produtos serão autorizados quando provenientes de meliponários autorizados pelo órgão ambiental competente e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento devendo estar acompanhado por documento oficial de trânsito emitida pelo Serviço Veterinário Oficial.

Esta exigência é completamente esdrúxula! Afinal, o controle realizado pelo Ministério da Agricultura deve vir das resoluções vindas daquele ministério, e não de atos oriundos de órgão do Ministério do Meio Ambiente.

Da mesma forma exigir para fins ambientais o documento de trânsito de serviço veterinário oficial somente seria plausível se este documento substituísse a autorização de transporte a ser emitida pelo órgão ambiental, promovendo assim uma unificação de procedimentos com a integração dos ministérios, do contrário isso somente cria novo óbice injustificável.

Cumprir destacar que a constância da conduta de aquisição guarda e transporte de produtos de abelhas sem ferrão neste mesmo sistema, cria a necessidade de todos os meros consumidores que forem simplesmente adquirirem mel, própolis ou outros produtos advindos de meliponicultores, também serem obrigados a possuir autorização do ministério da agricultura e portarem documento oficial de trânsito emitida por serviço veterinário oficial.

Art. 4º A venda, a exposição ou qualquer outra aglomeração desses animais, a aquisição, a guarda, o transporte, a manutenção em meliponário e a utilização de abelhas-nativas-sem-ferrão e de seus produtos serão autorizados quando provenientes de meliponários autorizados pelo órgão ambiental competente e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento devendo estar acompanhado por documento oficial de trânsito emitida pelo Serviço Veterinário Oficial.

Só posso crer que este grave equívoco foi criado por uma tentativa frustrada de escrever todas as regras em um único artigo. Do contrário seria pensar que o órgão ambiental enlouqueceu!

Também merece destaque a constância de restrição quanto a exposição de abelhas nativas sem ferrão. Tal atividade na verdade merece receber total atenção, estímulo e incentivo, pois a restrição a exposição dificulta

em muito qualquer atividade de educação ambiental a qual leve abelhas em caixas didáticas para apresentar e educar a população sobre seu importante papel ambiental.

Art. 4º A venda, a exposição ou qualquer outra aglomeração desses animais, a aquisição, a guarda, o transporte, a manutenção em meliponário e a utilização de abelhas-nativas-sem-ferrão e de seus produtos serão autorizados quando provenientes de meliponários autorizados pelo órgão ambiental competente e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento devendo estar acompanhado por documento oficial de trânsito emitida pelo Serviço Veterinário Oficial.

Não existe nenhum interesse ambiental em restringir a exposição de abelhas sem ferrão.

Art. 4º A venda, a exposição ou qualquer outra aglomeração desses animais, a aquisição, a guarda, o transporte, a manutenção em meliponário e a utilização de abelhas-nativas-sem-ferrão e de seus produtos serão autorizados quando provenientes de meliponários autorizados pelo órgão ambiental competente e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento devendo estar acompanhado por documento oficial de trânsito emitida pelo Serviço Veterinário Oficial.

Por fim, falar que a manutenção em meliponário de abelhas sem ferrão necessita de documento oficial de trânsito emitido pelo serviço veterinário é uma sandice sem tamanho. Porque emitir um documento de trânsito de algo que não será transitado? Afinal esta norma é geral e engloba inclusive as colônias que nasceram dentro do meliponário.

Esta total falta de cuidado em criar uma norma tão importante certamente somente causa danos sociais, econômicos e ambientais!

Dos problemas operacionais, fiscalizatórios e ambientais ocasionados pela limitação da criação de acordo com regiões geográficas de ocorrência e do transporte.

Aqui, a proposta de nova resolução, da mesma forma que a resolução anterior, de maneira abusiva buscou manter restrito o transporte e criação de abelhas de acordo com as espécies e regiões de ocorrência. Porém, de forma inovadora, determinou a criação de um Catálogo Nacional de Abelhas-Nativas-Sem-Ferrão, a ser mantido e atualizado pelo ICMBio, também criando uma autorização de transporte a ser emitida pelo SISFAUNA.

Dispõe os artigos 5º e 7º da proposta de revisão da resolução:

Art. 5º A criação de abelhas-nativas-sem-ferrão será restrita à região geográfica de ocorrência natural das espécies, de acordo com o indicado no Catálogo Nacional de Abelhas-Nativas-Sem-Ferrão a ser mantido e atualizado pelo ICMBio, em articulação com os órgãos estaduais de meio ambiente e especialistas.

Cabe aqui primeiramente definir que o principal fundamento que justifica a efetivação de eventual restrição de criação e transporte é a proteção ao meio ambiente natural e as espécies em suas regiões de ocorrência. Para tanto, vê-se a necessidade de estarem presentes alguns requisitos para esta atuação estatal, quais sejam:

1. A espécie a ser criada deve apresentar potencial possibilidade real de ameaça à fauna, à flora, ou de causar desequilíbrio ao meio ambiente.
2. Deve existir na região onde se pretenda criar a espécie em questão, objeto ambiental ameaçado o qual necessite de proteção.

Sem o preenchimento destes requisitos a restrição mostra-se ambientalmente negativa, pois impede a prestação de serviços ambientais realizados pelas abelhas nativas, serviços ambientais estes que na atual conjectura ambiental do país mostram-se cada vez mais necessários e imprescindíveis para recuperação ou controle de nossas perdas oriundas do desmatamento e de práticas prejudiciais ao meio ambiente geradas por diversos setores da sociedade.

Nem se diga que qualquer abelha nativa tem potencial de causar desequilíbrios ao meio ambiente fora de sua região de ocorrência natural, pois se assim fosse, as criações de abelhas *Apis* seriam também controladas pelos órgãos ambientais.

Desta forma, uma restrição geral injustificada somente acaba por trazer ou intensificar os prejuízos ambientais causados pelo combate a atividade da meliponicultura.

Há que se destacar aqui que a plenitude de classificação e amostragem para criação de listas de ocorrência de abelhas em regiões geográficas naturais é tarefa impossível de se realizar. Porém, a avaliação do risco de introdução de determinada espécie em determinada área é muito mais fácil de ser apurado.

Cabe dizer ainda que as atuais listas de ocorrência são completamente ineficientes na questão de resguardo ambiental. Atualmente se utiliza da delimitação de região de ocorrência como sendo a área total de um estado brasileiro, fato que contraria completamente os princípios da preservação ambiental, já que as áreas de delimitação dos estados não tem nenhuma relação com o meio ambiente, mas sim são meras divisões políticas criadas por motivos de conveniência e oriundas de fatos sociais históricos.

Podemos então dizer que estes catálogos simplesmente criam “pseudo” áreas de ocorrência natural, as quais não representam a realidade dos locais, tampouco então podem estas delimitações serem sequer utilizadas para efetivo controle e proteção ambientais.

Tem-se então uma completa inefetividade no que diz respeito a proteção do meio ambiente e de situações de desequilíbrio ambiental, através desta restrição de transporte e criação de abelhas nativas, já que cada estado possui sua peculiaridade geográfica, muitos possuindo mais de um bioma, e ainda peculiaridades regionais que estão completamente ignoradas da previsão.

Da mesma forma que eventualmente, uma espécie inexistente dentro de um estado pode em remota hipótese ocasionar desequilíbrios ambientais locais; uma espécie existente em uma cidade de um estado pode causar os mesmos ou maiores desequilíbrios se levada a outra cidade deste mesmo estado a qual ela não exista. Tudo depende da correta análise local e acompanhamento do meio ambiente, fato não previsto e desprezado pela proposta de resolução.

Merece repetir aqui o fato de que com relação a abelha exótica *Apis Mellifera*, inexistente este tipo de controle de criação, mesmo sendo conhecimento já consolidado de que esta espécie possui um potencial muito maior em causar eventuais desequilíbrios ambientais diretos; ainda assim, considera-se que os riscos são insignificantes, ou que os benefícios ao meio ambiente em sentido amplo superam eventual potencial de risco local.

Sobre a eventual regularização da criação fora da ora denominada “pseudo área de ocorrência natural”, vê-se ainda um total contrassenso ambiental quando se impede o transporte, a multiplicação e a comercialização destas colônias.

Art. 5º A criação de abelhas-nativas-sem-ferrão será restrita à região geográfica de ocorrência natural das espécies, de acordo com o indicado no Catálogo Nacional de Abelhas-Nativas-Sem-Ferrão a ser mantido e atualizado pelo ICMBio, em articulação com os órgãos estaduais de meio ambiente e especialistas.

§ 1º O meliponicultor que possuir colônias de espécies fora de sua região de ocorrência natural poderá ter sua situação regularizada pelo órgão ambiental competente, sendo vedados o transporte, a multiplicação e a comercialização dessas colônias e de seus produtos, exceto o mel.

§ 2º O meliponicultor que não atender ao disposto no parágrafo 1º deverá requerer junto ao órgão competente o encerramento de sua atividade.

Oras, se existe a possibilidade de regularizar tais colônias, significa que a presença delas naquela região não representa nenhuma ameaça ao meio ambiente local, e desta forma, mostra-se totalmente injustificada a restrição quanto a sua multiplicação; e ainda mais injustificado é a restrição quanto ao comércio.

Saliente-se que o comércio de colônias para criadores não autorizados já é proibido, não existindo então motivo nenhum para se proibir o comércio destas colônias para criadores autorizados, aqueles que estão em regiões onde a espécie ocorre naturalmente.

Ou seja, o criador não pode nem vender a colônia para seu local de ocorrência natural, pois também não pode transportar, e quando este quiser se desfazer das colônias a saída será eliminar estes enxames.

Também se mostra injustificada a restrição quanto ao transporte destas colônias.

Art. 7º O transporte de colônias de abelhas-nativas-sem-ferrão poderá ser feito apenas dentro de sua região geográfica de ocorrência natural, de acordo com o catálogo mencionado no artigo 5º, mediante autorização de transporte emitida pelo SISFAUNA, e mediante documento de trânsito emitido pelo Serviço Veterinário Oficial, sem prejuízo das exigências de outras instâncias públicas.

Impedir o transporte de colônias, além de ferir direitos dos meliponicultores, acaba por ser medida redundante, visto a proposta já ter regulamentado a criação e a posse das colônias.

Ademais, não existe possibilidade de dano ambiental sequer eventual durante um simples transporte. Somente existe eventual possibilidade de dano ambiental com a efetiva soltura, o que caracteriza criação, motivo pelo qual a medida de restrição de transporte se mostra contrária a competência ambiental do CONAMA, pois não visa a proteção do meio ambiente, mas sim revela um mero combate a atividade de meliponicultura.

Desta forma, os dispositivos em comento e o sistema de proteção ambiental por meio de restrições de espécies e áreas de ocorrência merecem ser totalmente reformulados.

Da ineficiência da proteção as espécies de abelhas constantes de listas de animais em extinção.

Consta do artigo 6º uma proteção especial a espécies de abelhas constantes em listas de animais em extinção, porém tal medida mostra-se repleta de inconsistências. Dispõe o mencionado artigo:

Art. 6º As espécies presentes na Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção ou pertencentes ao Anexo I da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécimes da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção - CITES poderão ser criadas em sua região geográfica de ocorrência natural, desde que suas colônias sejam resultado de métodos de manejo para multiplicação em meliponários ou de resgate de colônias em áreas de risco ou de supressão vegetal, ficando vedada a sua captura por ninhos-armadilha.

§ 1º As colônias de espécies ameaçadas de extinção existentes deverão estar à disposição de Planos de Ação Nacionais para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (PAN), nos quais o manejo das abelhas será definido.

§ 2º A comercialização dessas espécies somente poderá ocorrer a partir da geração F2, comprovadamente multiplicada por manejo.

Primeiramente vê-se que as espécies não poderão ser obtidas por meio de captura por iscas. É nítida a inviabilidade deste regramento.

É de amplo conhecimento que enxames obtidos por ninhos isca não retiram enxames de seus locais naturais, o que se captura são simplesmente colônias filhas em época de reprodução natural.

Além disso, as capturas não são controláveis pelos meliponicultores, que simplesmente disponibilizam abrigo para estimular a reprodução destes animais.

Quem proíbe uma captura de abelha em extinção por meio de ninho isca certamente não conhece nada sobre a biologia e o comportamento das abelhas sem ferrão, e nem conhece o funcionamento prático da meliponicultura.

Não há como se proibir a captura de abelhas constantes em listas de extinção pois não é o meliponicultor quem decide o que vai ou não ser capturado, tal escolha é feita inteiramente pelas abelhas.

Ademais, após o estabelecimento de uma colônia em uma isca, torna-se impossível de se devolver este enxame a natureza, pois desalojar a colônia de abelhas sem ter local apropriado para estabelecer estes animais é o mesmo que uma sentença de morte a esta colônia, sendo então inteiramente prejudicial ao meio ambiente.

Note-se que um correto plano de apoio a espécies em extinção visa justamente a proteção destes animais e a sua multiplicação. Atividades que são realizadas por meio da instalação de ninhos isca que favorecem a multiplicação e ampliam a área de incidência destes animais.

Da mesma forma, impedir que meliponicultores resgatem esses animais de supressão vegetal irregular é sentenciar estes animais a morte certa, fato também danoso ao meio ambiente.

Destaque-se novamente que a supressão vegetal irregular já é amplamente proibida e penalizada por lei, com penas provavelmente muito maiores do que a simples obtenção de enxames oriundos deste tipo de extração vegetal. Servindo então, tal regra, na prática, somente para condenar enxames a morte, os quais poderiam ser resgatados por meliponicultores idôneos.

E como também já dito anteriormente, no caso da restrição quanto a comercialização da geração F1, tal medida é da mesma forma prejudicial ao meio ambiente.

Não se pode reger o comportamento de manejo do meliponicultor, tampouco existe possibilidade de fiscalizar estes procedimentos. Como já exposto, pode o meliponicultor então realizar divisões mantendo 1% das colônias com restrição e transferir todo o restante para uma nova caixa que será de fato uma geração F2, restando então o controle ambiental prejudicado e repleto de informações imprecisas.

Da necessidade de reformulação de todos os artigos mencionados anteriormente.

Por fim, cabe aqui então transcrever o disposto no artigo 8º e 10º da proposta:

Art. 8º O IBAMA, no prazo de um ano, a partir da data de publicação desta Resolução, providenciará as adequações necessárias ao CTF/APP e ao SISFAUNA para registro simplificado da atividade de meliponicultura

Art. 10. As atividades regulamentadas nesta Resolução terão por princípio a conservação das espécies.

Vê-se então que os objetivos principais da revisão da resolução CONAMA 346/2004 são o registro simplificado da atividade de meliponicultura, o que propiciará a correta formalização da atividade, a qual trará aos órgãos ambientais preciosas informações sobre a fauna de polinizadores nativos, e o princípio da conservação das espécies.

E por todo o exposto, a proposta possui uma série de omissões, contradições, obscuridades, ou regramentos que obstaculizam ou burocratizam de forma injustificável o exercício da atividade.

Sendo ainda que muitas das regras acabam ferindo o princípio da conservação das espécies pelas razões já apresentadas.

Desta forma, a única solução para todas estas questões será a reformulação total do sistema. O qual apresento junto a este trabalho, uma sugestão para amplo debate conjunto, a qual busca sanar estas questões e propor ideias para um sistema de controle mais eficiente tanto para o controle ambiental, quanto para simplificação da atividade da meliponicultura no país.

IV. Da sugestão de modificações da proposta de revisão da resolução CONAMA 346/2004 e justificativas.

Resta então uma grande necessidade em reformular toda a proposta de revisão da resolução em comento.

Para tanto, apresento sugestão para o debate, a qual busca atender as necessidades de controle e fiscalização dos órgãos ambientais e também promover o devido estímulo a atividade tão importante ao meio ambiente.

A seguir, será apresentada a sugestão na íntegra, e em seguida serão expostos os fundamentos que justificam cada artigo.

RESOLUÇÃO CONAMA

Disciplina a utilização sustentável das abelhas nativas-sem-ferrão em meliponicultura.

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 1º Esta Resolução disciplina a criação e utilização sustentável das abelhas-nativas sem-ferrão em meliponicultura.

§ único. Para fins ambientais, a unidade amostral reconhecida será a colônia de abelhas.

Art. 2º Para fins desta Resolução entende-se por:

I – Abelhas-nativas-sem-ferrão: insetos da Ordem Hymenoptera, Família Apidae, Subfamília Apinae, Tribo Meliponini, de acordo com o Catálogo de Abelhas Moure, compreendendo diversas espécies, que possuem ferrão atrofiado e hábito social, vivendo em colônias.

II – Colmeia: caixa ou estrutura física que abriga a colônia de abelhas-nativas-sem ferrão.

III – Colônia: conjunto composto pela abelha rainha e sua prole.

IV – Favos de cria: material biológico onde estão contidas as crias das abelhas em seus diferentes estágios de desenvolvimento, também conhecidos como discos ou cachos de cria.

V – Meliponários: locais destinados à criação de abelhas-nativas-sem-ferrão, composto de um conjunto de colônias alojadas em colmeias especialmente preparadas para o manejo e manutenção dessas espécies.

VI – Meliponicultor: criador de abelhas-nativas-sem-ferrão.

VII – Meliponicultura: atividade de criação de abelhas-nativas-sem-ferrão para fins de utilização das abelhas ou de seus produtos.

VIII – Recipientes-isca: recipientes deixados no ambiente com a finalidade de obter multiplicações naturais de enxames de abelhas-nativas-sem-ferrão.

IX – Remoção: Coleta de colônias pré-existentes, alojadas em cavidades naturais ou artificiais.

X – Resgate: Remoção de colônias que se encontrem em situação de risco.

Art. 3º É permitida a criação de abelhas-nativas-sem-ferrão, bem como a alienação, a posse e a utilização das colônias e de seus produtos.

§ 1º A criação será realizada mediante autorização do órgão ambiental competente.

§ 2º A alienação, a posse e a utilização de colônias ou de seus produtos serão permitidos quando provenientes de meliponicultores autorizados.

CAPÍTULO II

Das Autorizações

Art. 4º A autorização para criação de abelhas nativas será efetivada com a inclusão do meliponicultor no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP do

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e com o registro das colônias, no SISFAUNA ou em sistema de controle estadual quando houver.

§ 1º A inclusão no CTF será realizada em atividade específica para a criação de abelhas nativas sem ferrão, não sendo necessária a entrega de relatórios periódicos sobre a atividade.

§ 2º Os meliponicultores deverão manter atualizados no SISFAUNA, ou em sistema de controle estadual quando houver, os registros da quantidade de colônias, prestando informações relativas a identificação da espécie, a determinação de origem e a constatação de seu local e status.

§ 3º A comprovação da regularidade das colônias será realizada mediante apresentação de certificado de origem ou autorização de transporte, os quais constarão a identificação da espécie e o número do registro CTF do meliponicultor responsável, ambos emitidos pelo SISFAUNA ou em sistema de controle estadual quando houver.

§ 4º Não será exigido dos meliponicultores a constituição de pessoa jurídica, a indicação de responsável técnico ou informações relativas a seu plano de manejo, exceto a indicação dos locais onde a criação será realizada.

§ 5º A quantidade de locais onde o meliponicultor pode manter suas criações é irrestrita, podendo inclusive ser em meio urbano.

Art. 5º A autorização para obtenção de colônias na natureza será concedida mediante registro no SISFAUNA de informações relativas ao local, a espécie, ao método de obtenção e a data da entrada da colônia ao meliponário.

§ 1º A autorização para obtenção de colônias por meio da utilização de recipientes-isca será concedida de imediato.

§ 2º A autorização para remoção ou resgate de colônias na natureza será realizada mediante apresentação de justificativa, podendo ser concedida de imediato ou condicionada a parecer favorável e comprovação de situação regular nos casos de risco potencial de dano ambiental.

§ 3º Empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental facilitarão a coleta de colônias em sua área de impacto por meliponicultores com autorização para criação de abelhas nativas.

§ 4º O meliponicultor que possuir colônias removidas, resgatadas ou obtidas por meio da utilização de recipiente-isca, em recipientes, caixas ou troncos, sem autorização prévia, poderá ter sua situação regularizada pelo órgão ambiental competente, após justificativa e reparação ambiental caso comprovado o dano de sua responsabilidade.

§ 5º Não será exigida autorização para instalação de recipientes isca, ou a constituição de pessoa jurídica e a indicação de responsável técnico para a obtenção de colônias na natureza.

Art. 6º A criação de abelhas-nativas-sem-ferrão poderá ser restrita pelo órgão ambiental competente, dentro dos limites geográficos estaduais onde esteja instalado o meliponário, caso a atividade apresente potencial risco de real dano ambiental significativo.

§ 1º Os meliponicultores deverão ser notificados através do SISFAUNA sobre espécies e locais onde a criação encontra-se restrita, devendo constar os fundamentos da restrição.

§ 2º Não poderá ser restrita a criação de espécies de abelhas nativas que apresentem ocorrência natural dentro dos limites geográficos estaduais, de acordo com o indicado no Catálogo Nacional de Abelhas-Nativas-Sem-Ferrão a ser mantido e atualizado pelo ICMBio, em articulação com os órgãos estaduais de meio ambiente e especialistas.

§ 3º O meliponicultor que já possuir ou almejar a criação de espécie restrita em sua região geográfica poderá ter permissão excepcional para criação desta colônia, caso seja constatada pelo órgão ambiental competente a inexistência do risco de dano ambiental na permanência desta colônia no local da criação.

§ 4º O meliponicultor que mantiver a criação de colônias de abelhas que apresentem risco de dano ambiental poderá ter sua autorização para criação de abelhas nativas sem ferrão suspensa.

Art.7 As espécies presentes na Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção ou pertencentes ao Anexo I da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécimes da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção - CITES poderão ser criadas por meliponicultores autorizados.

§ 1º As colônias de espécies ameaçadas somente poderão ser removidas ou resgatadas mediante parecer favorável do órgão ambiental competente.

§ 2º As colônias de espécies ameaçadas de extinção existentes estarão à disposição de Planos de Ação Nacionais para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (PAN), nos quais o manejo das abelhas será definido.

Art. 8º O transporte de colônias de abelhas-nativas-sem-ferrão poderá ser feito, mediante autorização de transporte emitida pelo SISFAUNA.

§ 1º A autorização para transporte de colônias deverá conter a indicação dos meliponicultores responsáveis, o tempo de permanência e dos locais de origem e destino, e será concedida de imediato.

§ 2º Não será autorizado o transporte de colônias com destino a área onde a criação seja restrita, exceto se concedida permissão excepcional mediante constatação pelo órgão ambiental competente da inexistência do risco de dano ambiental na permanência desta colônia naquele local.

CAPÍTULO III

Disposições Finais

Art. 9º A regulamentação da atividade de meliponicultura terá por princípio a simplicidade, a especificidade, a fundamentação, a celeridade dos atos e procedimentos administrativos e a conservação das espécies.

§ 1º Não serão cobradas taxas para o regular exercício da atividade de meliponicultura.

Art. 10º O IBAMA, no prazo de um ano, a partir da data de publicação desta Resolução, providenciará as adequações necessárias ao CTF/APP e ao SISFAUNA para registro da atividade de meliponicultura.

§ 1º Os meliponicultores terão o prazo de 180 dias para atualizarem suas informações.

Art. 11. O não-cumprimento ao disposto nesta Resolução sujeitará aos infratores, entre outras, às penalidades e sanções previstas na legislação.

§ 1º A atuação dos agentes públicos terá por princípio a conscientização.

§ 2º O agente atuante deverá reconhecer os benefícios ambientais da atividade de meliponicultura devendo, quando couber, conceder prazo hábil para regularização, antes da aplicação das demais sanções cabíveis.

§ 3º A regular atividade de meliponicultura será considerada como implementação, por seus meios, de serviço de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente com fins de proteção e manejo de espécies da flora nativa e da fauna silvestre, para fins de conversão de multa em prestação de serviços ambientais.

§ 4º A simples guarda ou manutenção continuada de colônias de abelhas nativas em regiões restritas não será considerada introdução fora da área de distribuição natural.

Art. 12. O cumprimento das exigências constantes nesta Resolução não isenta o meliponicultor de atender às exigências sanitárias e outras previstas na legislação vigente.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

De um sistema de autorização mais simples, mais efetivo e mais abrangente.

Neste assunto em particular, o da criação de animais nativos, sempre nos deparamos com a necessidade de se ter autorização para realização desta atividade.

Sabemos da necessidade do controle ambiental para animais nativos, tanto no sentido de impedir a caça e a predação dos nossos animais silvestres, como também para monitorar as criações para que elas não propiciem situações de desequilíbrio onde a constante multiplicação de um animal nativo mais interessante comercialmente faz sua população se sobrepor a dos outros animais nativos menos interessantes, causando riscos de instabilidade e desequilíbrio ambiental.

Porém, já fora consolidado que criações de abelhas não tem o potencial de causar significativo desequilíbrio ambiental a ponto de justificar ação estatal para um controle mais rigoroso quanto a sua criação.

Vê-se por exemplo a criação da espécie exótica *Apis Mellifera*, a qual nunca fora controlada, nem obstaculizada, exceto com relação a espaços urbanos por conta do risco de morte de pessoas em eventual ataque dos enxames, mas tal restrição não tem contornos ambientais.

É sabido também que as colônias de *Apis Mellifera* são migratórias, invasivas, altamente adaptáveis ao clima, e generalistas quanto a sua alimentação, recolhendo recursos que são compartilhados com todas as espécies de abelhas nativas.

Quanto a nossas abelhas sem ferrão, estas não são adaptáveis ao clima. Cada espécie tem uma região mais propícia para se desenvolver. Também não são migratórias, o que faz com que elas tenham uma taxa de expansão infinitamente pequena. Elas não são generalistas, tendo cada espécie de abelha nativa uma preferência de alimentação e de horário para coleta. Todos estes fatores tornam estes animais uma ameaça mínima ou inexistente ao equilíbrio do meio ambiente.

Sabe-se que a atividade de meliponicultura é milenar, ocorrendo antes mesmo da colonização do Brasil. Sabe-se também que nunca houve uma preocupação mais incisiva quanto aos órgãos ambientais em fiscalizar estes animais. Sabe-se então que a enorme maioria dos criadores de abelhas nativas não está cadastrada em nenhum sistema de controle.

E também é fato conhecido que muitos meliponicultores, já há décadas, criam abelhas extintas em sua região, ou trazem abelhas de outros estados para locais onde elas não existem.

São raríssimos ou inexistentes os relatos sobre algum meliponicultor ter conseguido repovoar uma área de ocorrência através da manutenção de colônias de uma espécie de abelhas sem ferrão a qual tenha sido extinta na região.

Também São raríssimos ou inexistentes os relatos sobre uma espécie de não ocorrência criada por meliponicultor ter conseguido se estabelecer naturalmente na região e tornar-se endêmica.

Destarte, não é este o tipo de controle ambiental que se deve fazer com relação a estes animais, ou aos meliponicultores, qual seja o controle comum, aquele onde se tenta impedir o desequilíbrio ambiental pelo seu rigoroso controle populacional, e identificação direta, como se faz com uma série de outros animais silvestres.

Não é a abelha ou o meliponicultor que têm potencial de causar desequilíbrios ambientais, eles são justamente o oposto, são eles ótimas ferramentas para a manutenção do equilíbrio, afinal as abelhas nativas são as responsáveis por realizar a polinização de uma enorme variedade de plantas nativas, as quais são responsáveis pela manutenção de toda biodiversidade brasileira.

O controle ambiental que se faz necessário para a criação de abelhas nativas é justamente com o intuito de proteger e estimular o desenvolvimento das abelhas e da meliponicultura, tão ameaçados por atos de degradação ambiental como o desmatamento, o uso indiscriminado de pesticidas, a expansão da flora exótica e etc.

Há que se cadastrar e manter informações precisas das criações de abelhas nativas por serem elas bioindicadores de todo meio ambiente.

O poder público precisa ter um senso preciso de onde estão e quantas são as criações de abelhas nativas, para acompanhamento de suas populações num tempo onde o problema do sumiço das abelhas assola a todo o mundo.

Também é necessário ter um cadastro de meliponicultores, para assim propiciar o correto estímulo a esta atividade, garantindo direitos e benefícios aos meliponicultores, ante aos serviços ambientais por eles prestados.

Por esta ótica, o princípio fundamental para efetividade dos registros e incentivo à atividade não pode ser outro senão o da simplicidade.

Qualquer forma de obstacularização da atividade não somente vai estimular ainda mais a informalidade, como também vai prejudicar totalmente os objetivos principais do controle ambiental através das abelhas nativas, que é a obtenção de informação para monitoramento ambiental e proteção dos ecossistemas.

É importante também afastar a atividade informal da meliponicultura do crime ambiental.

Sento atividade benéfica ao meio ambiente, a ausência de registros não deve ser coibida com penalidades. Somente devem ser penalizadas as atividades que efetivamente causarem danos ao meio ambiente. E neste ponto, há que conhecer bem todas as atividades já penalizadas, o que torna desnecessário repetir tais condutas no regulamento.

A nova redação proposta do art. 3 visa utilizar os sistemas de registro ambiental de animais silvestres já existentes, porém busca não impedir o registro de qualquer criação sem motivo ambiental significativo. Veja:

Art. 3º É permitida a criação de abelhas-nativas-sem-ferrão, bem como a alienação, a posse e a utilização das colônias e de seus produtos.

§ 1º A criação será realizada mediante autorização do órgão ambiental competente.

§ 2º A alienação, a posse e a utilização de colônias ou de seus produtos serão permitidos quando provenientes de meliponicultores autorizados.

Neste sistema, foi definido somente 3 condutas, a da criação, a da posse e a do uso. Sendo que somente a criação será mediante autorização do órgão ambiental. Já a posse e o uso serão permitidos quando vindos dos criadores autorizados.

Para devido cumprimento do controle ambiental o órgão ambiental tem que se ater somente a uma conduta, qual seja a da criação. Por este fato, somente esta conduta deve ser alvo do controle ambiental.

A criação já abrange a totalidade das situações que merecem controle ambiental através de registro em sistemas de informação. Não é necessário por exemplo se exigir registro de quem compra ou vende enxames, afinal, todos os compradores terão um único objetivo, qual seja, o da criação, e neste momento se tornarão obrigados a obter autorização do órgão ambiental.

A simples posse não deve necessitar de autorização especial, desde que a colônia seja procedente de um meliponicultor autorizado.

Esta situação visa atender a todas as situações onde o meliponicultor precisa deixar suas colônias na posse de outra pessoa, seja quando presta serviços de polinização a agricultores, seja quando presta serviços de educação ou desenvolvimento ambiental deixando colônias em instituições.

Visa também garantir a operacionalização da meliponicultura como negócio, não exigindo que todos os registros também sejam impostos aos funcionários do meliponário os quais não são os donos das colônias, mas somente realizam as atividades de uso e manejo.

Busca também garantir a eficiência nas atividades de transporte de colônias, garantindo que as empresas ou pessoas responsáveis pelo deslocamento não necessitem também de obter os registros.

Por fim, é inteiramente desnecessário pedir qualquer tipo de registro de utilizadores de produtos de abelhas sem ferrão, sendo estes somente consumidores.

Dos requisitos para concessão da autorização para criação.

Já no novo artigo 4º, encontram-se os procedimentos para obtenção da autorização de criação e para a comprovação da autorização origem das colônias e dos produtos das abelhas

Das Autorizações

Art. 4º A autorização para criação de abelhas nativas será efetivada com a inclusão do meliponicultor no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e com o registro das colônias, no SISFAUNA ou em sistema de controle estadual quando houver.

§ 1º A inclusão no CTF será realizada em atividade específica para a criação de abelhas nativas sem ferrão, não sendo necessária a entrega de relatórios periódicos sobre a atividade.

§ 2º Os meliponicultores deverão manter atualizados no SISFAUNA, ou em sistema de controle estadual quando houver, os registros da quantidade de colônias, prestando informações relativas a identificação da espécie, a determinação de origem e a constatação de seu local e status.

§ 3º A comprovação da regularidade das colônias será realizada mediante apresentação de certificado de origem ou autorização de transporte, os quais constarão a identificação da espécie e o número do registro CTF do meliponicultor responsável, ambos emitidos pelo SISFAUNA ou em sistema de controle estadual quando houver.

§ 4º Não será exigido dos meliponicultores a constituição de pessoa jurídica, a indicação de responsável técnico ou informações relativas a seu plano de manejo, exceto a indicação dos locais onde a criação será realizada.

§ 5º A quantidade de locais onde o meliponicultor pode manter suas criações é irrestrita, podendo inclusive ser em meio urbano.

A redação anterior condicionava uma série de condutas a obtenção de autorização por meio de registro de todas as pessoas mesmo que remotamente envolvidas com a atividade, o que incluía os prestadores de serviço e os consumidores, tanto de colônias quanto de produtos das abelhas.

Tal exigência unicamente tornaria inviável a realização das atividades, estimularia a informalidade ou então criaria uma enorme quantidade de registros duplicados ou inconsistentes nos sistemas de informação ambiental.

A nova redação pretende criar registro focado em uma única pessoa, qual seja, o meliponicultor criador. É ele quem é responsável pelos enxames, logo somente ele deve realizar os registros. Desta forma cria-se um sistema muito mais simples e eficiente, na qual somente a pessoa qualificada insere as informações no sistema.

Art. 4º A autorização para criação de abelhas nativas será efetivada com a inclusão do meliponicultor no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e com o registro das colônias, no SISFAUNA ou em sistema de controle estadual quando houver.

Destaque-se que este sistema visa conceder autorização pelo cumprimento de 2 exigências. Uma é a inclusão no CTF, obrigação legal de todos que realizam atividades utilizadores de recursos naturais ou potencialmente poluidoras. O outro requisito é o registro das colônias em sistema de informação, o que pode ser o sistema federal SISFAUNA, ou então o sistema estadual quando houver.

Esta menção a sistemas estaduais visam atender ao disposto na LC 140/2011 que passou a competência para os estados aprovarem os criadouros de animais. Desta forma, se o estado utilizar de sua competência para aprovar criadouros de abelhas nativas, obrigatoriamente deveram dispor de sistema de registro de colônias, para que então o meliponicultor se veja desobrigado de utilizar o SISFAUNA, e passe a utilizar o sistema estadual. Isto acaba com a duplicidade de registros. O sistema federal fica sendo regra, o estadual passa a substituir o federal nos estados onde este sistema já existir.

Sabe-se que atualmente o cadastro CTF na atividade de criadouro comercial de animais silvestres enseja a entrega de relatórios anuais. Tal exigência, meramente burocrática dificulta a atividade e também prejudica o controle ambiental.

§ 1º A inclusão no CTF será realizada em atividade específica para a criação de abelhas nativas sem ferrão, não sendo necessária a entrega de relatórios periódicos sobre a atividade.

O prejuízo para atividade é que muitas pessoas continuam na informalidade por receio de esquecerem de apresentar as declarações e poderem ser multados.

Outros deixam para fazer todos os registros somente no fim do prazo, deixando uma série de informações relevantes durante o ano sem registro.

Outros ainda colocam que não exerceram nenhuma atividade, somente para obter seu certificado de regularidade quando necessário.

Todas estas situações criam prejuízos para o controle ambiental, motivo pelo qual a inscrição CTF na categoria meliponicultura não deve necessitar da entrega de relatórios anuais.

O efetivo controle deve ser realizado instantaneamente. Há que se cultivar o hábito dos meliponicultores registrarem todas os fatos relevantes, inerentes a atividade.

Para tanto a redação do §2º delimita as informações, quais sejam a quantidade de colônias, a espécie, a determinação de origem e a constatação de local e status.

§ 2º Os meliponicultores deverão manter atualizados no SISFAUNA, ou em sistema de controle estadual quando houver, os registros da quantidade de colônias, prestando informações relativas a identificação da espécie, a determinação de origem e a constatação de seu local e status.

Já o §3º altera o sistema de comprovação de regularidade.

§ 3º A comprovação da regularidade das colônias será realizada mediante apresentação de certificado de origem ou autorização de transporte, os quais constarão a identificação da espécie e o número do registro CTF do meliponicultor responsável, ambos emitidos pelo SISFAUNA ou em sistema de controle estadual quando houver.

O sistema anterior emitia a regularidade somente em nome do criador. Este sistema não tem nenhuma aplicação prática no que diz respeito a abelhas nativas sem ferrão.

O novo sistema proposto visa um duplo controle, porém mais simples que o anterior. O primeiro controle continua sendo em nome do criador, porém este somente precisa comprovar o seu devido cadastro CTF, sem relatórios nem qualquer outro tipo de burocracia. O CTF de um meliponicultor sempre será regular, pois ele desnecessita de qualquer outra burocracia, senão o registro.

O segundo controle é das colônias. Este controle das colônias é que obriga o meliponicultor a castrar as colônias no sistema e manter os registros atualizados.

Este sistema é mais simples, pois ele pede somente uma documentação para verificação de regularidade, a documentação das colônias. Se existir documentação de colônia, é claro que existirá a do meliponicultor.

Esta é a parte fundamental do controle ambiental. É por meio de um cadastro simples, mas completo e objetivo, é que se consegue efetividade.

Na questão ambiental as informações necessárias são:

- A quantidade de colônias, a espécie e o local: necessário para manter acompanhamento do plantel dos criadores.
- A determinação de origem: Aqui as informações sobre a origem do enxame. Se foi nascimento. Se foi aquisição (pode constar o CTF do alienante). Se foi captura ou remoção (pode constar o local de onde o enxame foi retirado).
- O status: Registro de mortes: Cabe aqui registrar as baixas com a data, local e motivo.

Estas informações são muito importantes para senso de ocorrência e para monitoramento e investigação sobre as causas da morte das abelhas.

Destaque-se aqui que o controle deve ser sempre realizado por quantidades, não devendo se especificar esta ou aquela colônia de forma individual, visto que isto somente burocratiza a atividade, afugenta os meliponicultores e não traz qualquer benefício ambiental. Além do controle individualizado e consequente fiscalização serem impossíveis de se realizar.

Mais uma vez deve ser evidenciado que controlar abelhas de forma individual é tarefa impossível de se realizar na prática, seja pelo curto período de vida, seja pelo alto índice populacional, seja pelas características do manejo que possibilita inteira transformação nas características das colônias e de suas gerações.

A comprovação de regularidade deve então ser realizada por certificado de origem, o qual não traz indicação específica individual de cada colônia, mas sim atesta a procedência, trazendo informações do meliponicultor responsável.

Certificado de origem deve ser documento que ateste a procedência das colônias e a responsabilidade, podendo ser emitido documento único para comprovação de múltiplas colônias.

Veja que aqui o foco fiscalizatório não é o controle de quantidade de colônias, mas sim o de identificar o responsável pelo registro e se ele efetivamente está ou não está mantendo atualizados os registros de suas colônias em sistema.

Por ter característica semelhante, a autorização de transporte deve ser capaz de substituir o certificado de origem, pois ela também atesta o responsável pelas colônias e indica o devido registro das mesmas, tornando o sistema de comprovação mais ágil, e eficiente ao seu objetivo, qual seja o de fiscalizar a existência de registros.

Desta forma, proprietários rurais os quais tenham contratado serviço de polinização e fiquem na posse de colônias por curto período de tempo poderão comprovar a regularidade dos animais, sem a necessidade deles mesmos terem de realizar todos os registros. Simplesmente receberão as colônias e um documento de certificado de origem ou autorização de transporte, que comprovarão o devido registro do meliponicultor responsável e a existência de registro das colônias no sistema.

Da mesma forma, funcionários de meliponários podem manter documentação das colônias em sua posse, sem a necessidade de terem de tirar toda a documentação relativa a atividade de meliponicultor. O mesmo para instituições de ensino ou obras sociais que utilizem de colônias de abelhas por um determinado período somente para atividades de educação.

Mesmo o meliponicultor, ele também tem sua documentação simplificada, sendo o certificado de origem de seus enxames, ou autorização de transporte, documento hábil para comprovar a regularidade tanto dos enxames quando dele mesmo, meliponicultor responsável, tornando desnecessário que ele porte diversos tipos de documento, como o CTF, o comprovante de inscrição no SISFAUNA ou quaisquer outros.

Desta forma, tem-se um sistema mais eficiente, tanto de controle ambiental, quanto de fiscalização.

Porém ainda resta uma possibilidade de entrave a atividade, que é a possibilidade de obstacularização advinda tanto do IBAMA que é quem gerencia os sistemas, quanto dos órgãos ambientais estaduais, os quais por conta da LC 140/2011 agora podem intervir na aprovação de criadouros da fauna silvestre.

Sabemos que o IBAMA tem os mesmos objetivos do CONAMA, qual seja, a proteção do meio ambiente. Porém o IBAMA já tem seus sistemas e regulamentos próprios já construídos, os quais são genéricos para atender a criação de todo tipo de animal silvestre.

Desta forma, pensando em simplificar seus procedimentos internos o IBAMA pode querer utilizar de seu sistema geral, sem perceber que isto terá o potencial de prejudicar em muito os meliponicultores e por consequência as abelhas nativas e o meio ambiente.

Já quanto aos órgãos estaduais, muitos deles estão despreparados para este controle, visto ser uma competência muito recente e não terem ainda informações ou procedimentos preparados.

Por estes motivos é que a resolução CONAMA deve garantir o modo como serão tratados os meliponicultores pelos órgãos ambientais inferiores, definindo direitos dos meliponicultores e procedimentos que devem ser adotados em todo o país.

Destaque-se que a uniformidade da política nacional para o meio ambiente em todo o país é princípio definido por lei. E caso o CONAMA seja omissivo, irá certamente criar uma grande desuniformidade nos procedimentos e requisitos para criação de abelhas sem ferrão.

O § 4º e § 5º então visam impedir exigência já praticadas pelo IBAMA e por alguns órgãos estaduais, quais sejam:

§ 4º Não será exigido dos meliponicultores a constituição de pessoa jurídica, a indicação de responsável técnico ou informações relativas a seu plano de manejo, exceto a indicação dos locais onde a criação será realizada.

§ 5º A quantidade de locais onde o meliponicultor pode manter suas criações é irrestrita, podendo inclusive ser em meio urbano.

- **Constituição de pessoa jurídica:** É muito importante existir garantia expressa de que no controle ambiental não será exigido pessoa jurídica para exercício da meliponicultura. É sabido que para receita federal, ou para o ministério da agricultura a constituição de empresa possa ou não ser exigida dependendo da atividade desempenhada, porém o meio ambiente não deve criar também esta limitação. Veja que caso o meliponicultor necessite de pessoa jurídica para exercer a atividade por exigência de órgãos públicos de outras esferas, com certeza ele já poderá ser penalizado por meio destes órgãos. Criar uma nova limitação pelo controle do meio ambiente somente criaria punição dobrada aos meliponicultores e estimularia o exercício informal. Até porque os incentivos a constituição de empresa pelo Simples encontram-se restritos a atividade da Apicultura, que apesar de talvez ser entendida como abranger a meliponicultura, tem restrições a ambientes urbanos visto ter as abelhas Apis o potencial de atacar as pessoas. Outrossim, as penas ambientais tem potencial de serem mais severas do que as penas aplicadas pelos demais órgãos, pois prejuízos ambientais afetam toda a coletividade, mas não é o caso da meliponicultura, visto ser atividade benéfica ao meio ambiente a qual deve ser estimulada.
- **Indicação de responsável técnico:** Esta exigência já fora dispensada na resolução anterior, porém ela encontrava-se restrita ao SISFAUNA, permitindo que os órgãos ambientais estaduais implementasse este requisito, como já existe previsão em certos estados. Desta forma a garantia de desnecessidade de responsável técnico deve ser geral e não somente para inclusão o SISFAUNA. Destaque que manter responsável técnico é inteiramente desnecessário e criar um obstáculo intransponível a diversos segmentos da meliponicultura.
- **Plano de manejo:** Todo sistema de aprovação de funcionamento para criadouros de fauna silvestre atualmente exige a aprovação de plano de manejo contendo uma série de informações as quais para criação de abelhas nativas são inteiramente dispensáveis. Além de tal exigência somente servir para tornar o procedimento de autorização demorado, a enorme maioria dos meliponicultores não tem subsídios para o cumprimento desta formalidade, e todos eles terão um plano de manejo correto, isto porque a meliponicultura é atividade simples exercida por

peças simples e que tem plano de manejo já inteiramente conhecido pela sabedoria popular. Tal exigência somente afastará os meliponicultores do sistema formal. A única informação sobre manejo a qual merece atenção do poder público sobre a atividade é o local onde as abelhas estão sendo criadas, por este motivo esta deve ser a única informação a qual deve ser prestada pelos meliponicultores.

- Quantidade de locais: Esta é também uma garantia muito importante de se estabelecer, visto existir limites sobre a quantidade de meliponários que cada meliponicultor pode instalar, e tal restrição não tem nenhum fundamento ambiental, e ainda afasta os meliponicultores do devido registro.

Da autorização para obtenção de colônias na natureza.

O tema da autorização para obtenção de colônias na natureza foi transferido para o artigo 5º.

Art. 5º A autorização para obtenção de colônias na natureza será concedida mediante registro no SISFAUNA, ou em sistema de controle estadual quando houver, de informações relativas ao local, a espécie, ao método de obtenção e a data da entrada da colônia ao meliponário.

§ 1º A autorização para obtenção de colônias por meio da utilização de recipientes-isca será concedida de imediato.

§ 2º A autorização para remoção ou resgate de colônias na natureza será realizada mediante apresentação de justificativa, podendo ser concedida de imediato ou condicionada a parecer favorável e comprovação de situação regular nos casos de risco potencial de dano ambiental.

§ 3º Empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental facilitarão a coleta de colônias em sua área de impacto por meliponicultores com autorização para criação de abelhas nativas.

Cabe aqui também estabelecer garantias aos meliponicultores sobre o direito de exercerem a obtenção de colônias na natureza, sendo este um modo ambientalmente correto, o qual deve ser amplamente estimulado.

Os procedimentos para se conseguir autorização para obtenção de colônias na natureza devem estar bem definidos pela resolução Conama. Isto porque a LC 140/2011 prevê especificamente que os estados têm poder para controlar a apanha de espécimes da fauna silvestre, ovos e larvas destinadas à implantação de criadouros e à pesquisa científica, e desta forma caso as regras não constem da resolução, cada estado poderá regulamentar a sua própria maneira, prejudicando a uniformidade da aplicação da política nacional do meio ambiente e eventualmente prejudicando os meliponicultores caso se criem restrições injustificáveis.

Portanto, esta sugestão estabelece que a autorização para obtenção de colônias seja concedida com o registro no SISFAUNA de informações relativas ao local, a espécie, o método de obtenção e a entrada no meliponário.

Ou seja, o simples cadastro das informações relativas a obtenção deve ser suficiente para a concessão da autorização deste que é o principal método de obtenção de colônias, o ninho isca.

Esta autorização deve ser emitida de imediato, como forma de se estabelecer a garantia de que o meliponicultor consiga esta emissão de forma simples e direta.

Cumpramos ressaltar novamente que a obtenção de colônias por ninhos isca não retira enxames de seus locais naturais, capturando somente multiplicações excedentes destes enxames.

Merece também destacar que este método não impede a multiplicação natural dos enxames em locais naturais, visto que as iscas tentam simular estes locais que são disputados com preferência por serem escassos e por serem muito mais atraentes do que as iscas.

Já os demais métodos, pelo potencial dano ambiental devem ser alvo de eventual restrição.

§ 2º A autorização para remoção ou resgate de colônias na natureza será realizada mediante apresentação de justificativa, podendo ser concedida de imediato ou condicionada a parecer favorável e comprovação de situação regular nos casos de risco potencial de dano ambiental.

Aqui é importante estabelecer um princípio de eventualidade, pois deve o órgão ambiental estabelecer critérios para um controle eficaz na proteção do meio ambiente.

Deve então o órgão ambiental equacionar o benefício ambiental envolvido na atividade de meliponicultura com o risco de dano ambiental, atuando de forma específica para a região, para a espécie envolvida e demais fatores.

Por exemplo, será um infrutífero gasto de esforço no controle ambiental e uso da máquina pública, se o órgão designar seus fiscais e técnicos ambientais para controle pormenorizado, fiscalização e acompanhamento de um resgate ou remoção de abelha que seja de espécie de alta incidência natural cuja retirada seja de nenhum ou de baixíssimo impacto ambiental.

Por este motivo, deve o meliponicultor realizar o cadastro de simples justificativa, a qual poderá o órgão ambiental de forma automatizada conceder a autorização de imediato, ou em eventual situação específica, caso se trate de espécie a ser protegida com mais atenção, condicionar a autorização a emissão de parecer favorável ou comprovação de situação regular, utilizando da máquina pública de forma focada em situações com potencial real de dano ambiental.

Destaque-se que existem métodos de remoção não destrutiva, por exemplo, quando se utiliza somente uma limitada quantidade de abelhas campeiras extraídas de um ninho natural como reforço para uma multiplicação dentro do meliponário, ou então quando se instala uma caixa anexa a um ninho natural, com o intuito de retirar somente a rainha e algumas campeiras, deixando o ninho natural com material suficiente para se recompor, sendo este um método de multiplicação induzida. Tais métodos retiram parte da colônia natural, mas por não retirarem sua totalidade não destroem o ninho original, o qual permanece.

Ainda é importante trazer à tona o fato de que poucos são aqueles que atuam no setor de manejo ambiental realizando o resgate de colônias de abelhas em situação de risco. Mesmo os órgãos ambientais locais na maioria ou na totalidade das vezes não estão aptos a realizar este tipo de manejo.

Muitas das situações de risco são emergenciais, estas situações necessitam de intervenção imediata pois apresentam risco eminente de morte dos enxames. Nesses casos o meliponicultor é o melhor agente para preservação dessas colônias, e o meio ambiente perde muito caso impeça esta atividade.

Não se pode deixar de lembrar que a principal atuação ambiental na seara da meliponicultura é a de utilizar o meliponicultor como prestador de informação, como agente ambiental que maneja insetos bioindicadores. Por este motivo, a atuação deve sempre ter o objetivo de facilitar a atividade do meliponicultor para que este cumpra seu papel ambiental.

Qualquer forma desmedida de rigor para com a atividade de meliponicultura somente afastará o meliponicultor da formalidade, perdendo o órgão ambiental tanto pela ausência de informações preciosas sobre o meio ambiente, como pelo meliponicultor continuar realizando as mesmas atividades com ou sem autorização, existindo ou não existindo risco ambiental real envolvido, sem a possibilidade real dos órgãos ambientais realizarem efetiva fiscalização, visto a quantidade de situações ser muito maior do que a quantidade de agentes ambientais disponíveis, e ainda o risco envolvido ser insignificante ou inexistente na enorme quantidade de situações que envolvem a maioria dos meliponicultores.

Desta maneira, cabe então garantir que o meliponicultor a qualquer tempo possa regularizar a situação dos enxames que possuir advindos de capturas, resgates ou remoções.

§ 4º O meliponicultor que possuir colônias removidas, resgatadas ou obtidas por meio da utilização de recipiente-isca, em recipientes, caixas ou troncos, sem autorização prévia, poderá ter sua situação regularizada pelo órgão ambiental competente, após justificativa e reparação ambiental caso comprovado o dano de sua responsabilidade.

Isto porque a informação quanto a origem destes enxames é preciosa para o órgão ambiental. E o impedimento somente fará com que o órgão ambiental fique sem estas informações, e deixe o meliponicultor em uma situação de irregularidade na qual ele, ou vai se livrar dos enxames sendo o extermínio uma das possíveis condutas, ou vai regularizar os enxames no sistema mediante procedimentos de manejo, realizando micro divisões de caixas regulares e fortalecendo com os enxames irregulares, o que os fará sumir dos registros sem praticar qualquer ilegalidade.

Claro que danos ao meio ambiente não podem ser estimulados, então caso o órgão ambiental encontre dano ambiental efetivo, pode ele condicionar a regularização de eventual colônia obtida de forma irregular a efetiva reparação ambiental, o que torna o sistema de controle mais justo para todos os lados.

Sobre as tentativas de restringir os meliponicultores de cortar árvores ou de remover enxames da natureza de forma irregular, estas medidas não precisam estar na regulamentação específica da criação de abelhas nativas, afinal, a legislação ambiental atual já é bem completa e rigorosa quanto a proteção da fauna e da flora.

Não trará nenhum benefício se utilizar da norma que trata exclusivamente sobre meliponicultura para reforçar uma proteção que já existe, pois, a norma sobre meliponicultura tem público alvo restrito e também não tem poder para promover nenhuma alteração significativa sobre a proteção da fauna e da flora, exceto a de restringir atividades potencialmente benéficas o que com certeza trará consequências ambientais negativas.

Veja que pelas atuais leis, em especial a lei de crimes ambientais: cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente é crime com pena de detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente. Cortar ou transformar em carvão madeira de lei, assim classificada por ato do Poder Público, para fins industriais, energéticos ou para qualquer outra exploração, econômica ou não, em desacordo com as determinações legais é crime punido com reclusão, de um a dois anos, e multa. Receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente, e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto até final beneficiamento é crime com pena de detenção, de seis meses a um ano, e multa. Destruir, danificar, lesar ou maltratar, por qualquer modo ou meio, plantas de ornamentação de logradouros públicos ou em propriedade privada alheia é crime punido com detenção, de três meses a um ano, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente. Desmatar, explorar economicamente ou degradar floresta, plantada ou nativa, em terras de domínio público ou devolutas, sem autorização do órgão competente é crime punido com reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos e multa. Entre tantos outros crimes já definidos e consolidados em lei.

Já existe então todo um amparo legal protetivo que restringe e pune quem desmata, e por isso torna-se desnecessário e prejudicial penalizar o meliponicultor retirando sua permissão para o exercício da atividade de meliponicultura caso ele tenha capturado enxames oriundos da remoção de árvores vivas sem comprovar a autorização para a remoção das árvores, isto porque a própria remoção da árvore já é ilegal e o meliponicultor já poderá ser penalizado por esta conduta, existindo ou não a restrição na resolução que cuida das abelhas.

Retirar a autorização sobre a criação de abelhas vira algo desnecessário nos casos onde o meliponicultor pratica crime ambiental real, e somente restringe o meliponicultor e prejudica o meio ambiente nos casos onde o crime não existe ou é praticado por outra pessoa e o meliponicultor entra para salvar o enxame.

Por fim, é importante deixar claro e garantido aos meliponicultores o direito de instalar iscas sem a necessidade de autorização ambiental, e ainda a desnecessidade de constituição de pessoa jurídica ou da indicação de responsável técnico para manejar as abelhas na natureza.

§ 5º Não será exigida autorização para instalação de recipientes isca, ou a constituição de pessoa jurídica e a indicação de responsável técnico para a obtenção de colônias na natureza.

Isso porque muitas das normas estatuais ou do IBAMA estabelecem este requisito, que se aplica ao manejo *in situ* de animais silvestres em geral, mas não deve se aplicar ao manejo de abelhas nativas por todo o já exposto.

Destaque-se que o órgão ambiental manterá o poder tanto de surpreender o meliponicultor in loco, para fiscalizar os atos de captura, remoção e resgate e aferir o eventual dano ao meio ambiente nos casos de meliponicultores que exerçam a atividade sem autorização prévia, como também terá o poder de fiscalizar os meliponários após a retirada dos enxames, quando estes forem entrar no plantel do criador através dos registros posteriores, tendo assim controle pleno de todas as situações sem impedir, prejudicar ou obstacularizar o exercício da atividade regular a qual é benéfica ao meio ambiente.

Do condicionamento das restrições à apresentação de potencial real de risco de dano ambiental significativo.

Nova quebra de paradigma se mostra necessária no tema das restrições a atividade de criação de abelhas nativas sem ferrão.

Pelo sistema atual e pela proposta de revisão do CONAMA, a criação encontra-se restrita a uma lista pré-definida de área de ocorrência, sem qualquer menção ou comprovação, seja legal ou doutrinária, da real ocorrência destas espécies nos locais determinados, e ainda sem fundamentação efetiva do potencial de risco ambiental. Tal conduta se mostra de rigor excessivo para as abelhas nativas.

Diversas inconsistências residem neste sistema de controle. Primeiramente o fato de que as listas são criadas em cima de demarcações sócio-políticas, admitindo-se a região de cada estado como local de definição de ocorrência natural, tal delimitação em termos ambientais é inteiramente inconsistente. Outra inconsistência é relativa a própria lista, a qual mesmo depois de intensos trabalhos acadêmicos, admite falhas e dificilmente conseguirá abranger a totalidade das espécies brasileiras visto a grande quantidade de biodiversidade no país.

Ademais, nos termos da atual proposta de revisão, abre-se a possibilidade do meliponicultor regularizar estas criações, o que demonstra que em muitos casos estas criações não apresentam risco de dano ambiental, e nesse caso, a proibição se mostra injusta, e a regularização de um criador prejudica a todos os demais que não terão a mesma benesse.

Como sugestão para sanar estas questões, o novo sistema proposto visa estabelecer que o órgão ambiental poderá sim restringir as criações dentro dos limites geográficos estaduais onde esteja situado o meliponário, mas somente caso a atividade apresente potencial risco de real dano ambiental significativo. Desta forma a restrição se torna geral, objetiva e justificada pois é fundamentada no potencial risco real de dano ambiental na região do estado. Na sugestão de alteração temos:

Art. 6º A criação de abelhas-nativas-sem-ferrão poderá ser restrita pelo órgão ambiental competente, dentro dos limites geográficos estaduais onde esteja instalado o meliponário, caso a atividade apresente potencial risco de real dano ambiental significativo.

§ 1º Os meliponicultores deverão ser notificados através do SISFAUNA sobre espécies e locais onde a criação encontra-se restrita, devendo constar os fundamentos da restrição.

§ 2º Não poderá ser restrita a criação de espécies de abelhas nativas que apresentem ocorrência natural dentro dos limites geográficos estaduais, de acordo com o indicado no Catálogo Nacional de Abelhas-Nativas-Sem-Ferrão a ser mantido e atualizado pelo ICMBio, em articulação com os órgãos estaduais de meio ambiente e especialistas.

§ 3º O meliponicultor que já possuir ou almejar a criação de espécie restrita em sua região geográfica poderá ter permissão excepcional para criação desta colônia, caso seja constatada pelo órgão ambiental competente a inexistência do risco de dano ambiental na permanência desta colônia no local da criação.

§ 4º O meliponicultor que mantiver a criação de colônias de abelhas que apresentem risco de dano ambiental poderá ter sua autorização para criação de abelhas nativas sem ferrão suspensa.

Num cenário de grande biodiversidade como é a realidade do Brasil, muito mais fácil e eficiente para proteção do meio ambiente que sejam direcionados os estudos ambientais em cima das espécies que apresentam potencial de dano ambiental. Sendo mais simples e eficaz criar listas de restrição, do que listas de permissão, dada a grande quantidade de espécies existentes no Brasil.

O controle ambiental fica muito mais eficiente e facilita o exercício da atividade pelos meliponicultores e também a atuação dos agentes públicos que saberão exatamente o que encontra-se proibido, onde e porquê.

Aqui deve-se então utilizar-se das listas definidas de ocorrência como garantias de que aquelas espécies já identificadas como de ocorrência no estado não poderão ser restritas. Resolve-se então o problema das listas fictas, pois elas atuam agora como forma de garantia de liberdade e não como lista restrita de proibição, motivo pelo qual o fato de eventualmente a lista estar incompleta ou não ser expressão real de ocorrência em todo território estadual, não irá tornar o sistema de controle ambiental inconsistente ou prejudicar o exercício da atividade de meliponicultura.

Da mesma forma, eventual restrição estadual pode ser ultrapassada por permissão excepcional caso constatada a inexistência do risco de dano ambiental no local da criação. Este fator de exceção fica então atingível por todos os meliponicultores, mantendo-se o controle e proteção ao meio ambiente.

Cabe destacar que o órgão ambiental terá poder sobre a concessão desta permissão excepcional, o qual poderá adequar a cada situação.

Por exemplo, um criador de fronteira entre um estado e outro não pode ser injustamente impedido de criar uma espécie restrita em seu estado, visto que poucos metros adiante, após a fronteira, esta criação seja permitida.

Esta autorização excepcional visa entre outras situações garantir o direito a criação deste meliponicultor. E ainda a sugestão prevê a suspensão do direito a criar abelhas nativas, caso a criação do meliponicultor apresente risco de dano ambiental, garantindo efetividade a aplicação da norma.

Por fim, é importante se garantir aos meliponicultores acesso a informação sobre as restrições aplicáveis, motivo pelo qual mostra-se importante garantir que esta informação seja transmitida através do sistema de registro de colônias, qual seja o SISFAUNA.

Da regular criação das espécies ameaçadas de extinção.

Aqui cabe novamente destacar que a meliponicultura é atividade ambientalmente importante, a qual inclusive, atua na proteção das espécies ameaçadas de extinção.

Desta forma, não se deve impedir como anteriormente que o meliponicultor as capture, ou que tenha sua comercialização restrita, afinal capturas visam por princípio a conservação das espécies, sendo que capturas por meio de ninhos isca estimulam a multiplicação destes animais, e as atividades de remoção e resgate tem por objetivo impedir que os enxames naturais se percam.

Art.7 As espécies presentes na Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção ou pertencentes ao Anexo I da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécimes da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção - CITES poderão ser criadas por meliponicultores autorizados.

§ 1º As colônias de espécies ameaçadas somente poderão ser removidas ou resgatadas mediante parecer favorável do órgão ambiental competente.

§ 2º As colônias de espécies ameaçadas de extinção existentes estarão à disposição de Planos de Ação Nacionais para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (PAN), nos quais o manejo das abelhas será definido.

Note-se que remoções ou resgates de colônias em geral, sem apresentação de justificativa e sem eventual parecer favorável do órgão ambiental, a critério daquele, permanecem proibidas, de forma que o controle do meio ambiente continua efetivo.

Como forma extra de controle específico de espécies ameaçadas de extinção, como sugestão, fica a ressalva de que estas colônias somente possam ser removidas ou resgatadas mediante parecer favorável do órgão competente.

Novamente saliente-se que o antigo sistema de controle de gerações ou a restrição completa de criação somente estimula a informalidade ou manejos que visem descaracterizar as colônias, e por este motivo tal conduta é extremamente prejudicial ao efetivo controle do meio ambiente.

Mantem-se a possibilidade dos planos de ação nacionais para conservação das espécies ameaçadas de extinção poderem utilizar-se das colônias em posse dos meliponicultores para manejo ambiental.

Do transporte de colônias.

O tema do transporte de colônias merece ser propriamente tratado em separado das regras de restrição, motivo pelo qual sugere-se que sejam tratadas em artigo específico:

Art. 8º O transporte de colônias de abelhas-nativas-sem-ferrão poderá ser feito, mediante autorização de transporte emitida pelo SISFAUNA.

§ 1º A autorização para transporte de colônias deverá conter a indicação dos meliponicultores responsáveis, o tempo de permanência e dos locais de origem e destino, e será concedida de imediato.

§ 2º Não será autorizado o transporte de colônias com destino a área onde a criação seja restrita, exceto se concedida permissão excepcional mediante constatação pelo órgão ambiental competente da inexistência do risco de dano ambiental na permanência desta colônia naquele local.

É importante garantir por meio da resolução as regras para autorização de transporte, já que elas devem ser aplicadas em todo território nacional.

Cabe aqui indicar as informações as quais a autorização de transporte deve conter, quais sejam a indicação dos meliponicultores responsáveis, dos locais de origem e destino e do tempo de permanência.

Visto serem informações somente destinadas a controle ambiental de local dos enxames, a autorização deve ser emitida de imediato.

Da mesma forma, como as eventuais restrições devem todas serem registradas e vinculadas, a emissão da autorização não será realizada caso o local de destino possua restrição com a criação da espécie, exceto se o meliponicultor tiver obtido permissão excepcional, a qual constará de seu registro e liberará a emissão da autorização de transporte.

Do resguardo a direitos dos meliponicultores nas disposições finais.

Cabe por fim garantir alguns direitos a meliponicultores, para que a atividade seja resguardada dada a sua importância ambiental.

Art. 9º A regulamentação da atividade de meliponicultura terá por princípio a simplicidade, a especificidade, a fundamentação, a celeridade dos atos e procedimentos administrativos e a conservação das espécies.

§ 1º Não serão cobradas taxas para o regular exercício da atividade de meliponicultura.

Art. 10º O IBAMA, no prazo de um ano, a partir da data de publicação desta Resolução, providenciará as adequações necessárias ao CTF/APP e ao SISFAUNA para registro da atividade de meliponicultura.

§ 1º Os meliponicultores terão o prazo de 180 dias para atualizarem suas informações.

Art. 11. O não-cumprimento ao disposto nesta Resolução sujeitará aos infratores, entre outras, às penalidades e sanções previstas na legislação.

§ 1º A atuação do poder público terá por princípio a conscientização.

§ 2º O agente atuante deverá reconhecer os benefícios ambientais da atividade de meliponicultura devendo, quando couber, conceder prazo hábil para regularização, antes da aplicação das demais sanções cabíveis.

§ 3º A regular atividade de meliponicultura será considerada como implementação, por seus meios, de serviço de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente com fins de proteção e manejo de espécies da flora nativa e da fauna silvestre, para fins de conversão de multa em prestação de serviços ambientais.

§ 4º A simples guarda ou manutenção continuada de colônias de abelhas nativas em regiões restritas não será considerada introdução fora da área de distribuição natural.

Cumpra estabelecer como princípios da regulamentação da atividade de meliponicultura a simplicidade, a especificidade, a fundamentação, a celeridade dos atos e procedimentos administrativos e a conservação das espécies; no sentido de que os demais órgãos ambientais (IBAMA e órgãos estaduais) ao regulamentarem ou criarem novas normas referentes a atividade de meliponicultura devam atender a estes princípios, mantendo a atividade simples, específica para abelhas nativas, e que qualquer restrição seja realizada de forma fundamentada, mantendo a rapidez necessária nos procedimentos administrativos, sendo tudo com objetivo da correta atuação ambiental no intuito da conservação das espécies.

Não devem ser cobradas taxas dos meliponicultores para o exercício da atividade, pois os benefícios ambientais promovidos justificam a isenção de todo e qualquer custo.

Deve-se também estabelecer como princípio da atuação de agentes públicos a conscientização, visto a maior ameaça ambiental que a informalidade pode causar ao meio ambiente é a falta de prestação de informações ao órgão ambiental o que prejudica a atuação geral através do uso das abelhas como bioindicadores.

Desta forma cabe ao agente público agir de modo a trazer o meliponicultor para a formalidade e não de afastá-lo da atividade, o que prejudica não somente a base de informações dos órgãos ambientais como prejudica diretamente o meio ambiente que somente tem a ganhar quando a atividade de meliponicultura é desenvolvida.

Deve então o agente atuante reconhecer os benefícios ambientais da meliponicultura e sempre que possível atuar por meio de notificações, concedendo prazo hábil para regularização antes de qualquer tipo de sanção que acabe por estimular o meliponicultor a encerrar sua atividade.

Nos casos de dano ambiental objetivo, sendo o meliponicultor eventualmente multado, deve ser reconhecida a regular atividade de meliponicultura como meio de prestação de serviços ambientais para atenuação do valor da multa aplicada.

E acredito ser importante deixar resguardado que a guarda ou manutenção continuada de colônias de abelhas nativas em regiões restritas não será considerada introdução fora da área de distribuição natural, sendo a pena de introduzir animal fora de sua área de distribuição totalmente desproporcional com a conduta

de se manter colônias de abelhas sem ferrão fora da área de ocorrência, dada as características das abelhas nativas de não serem invasivas, e terem velocidade de expansão de território extremamente limitada.

Das exigências sanitárias, fiscais e demais exigências de outras normas.

Todas as menções das exigências sanitárias como requisito para concessão de autorização ou para o regular exercício da atividade de meliponicultura pelo órgão ambiental são prejudiciais, visto não serem estas exigências condições que tenham o poder de causar impacto ambiental.

No que tange ao controle ambiental, deve a atividade ser permitida ou restringida somente em critérios ambientais. O restante do controle continua sendo feito e deve ser exclusivo dos outros entes públicos, os quais são competentes para regulamentar suas próprias áreas.

Desta forma, a menção sobre a necessidade de se atender a todo restante da legislação vigente é desnecessária, visto o CONAMA não ter poder para interferir na atuação dos demais ministérios, porém mostra-se importante manter no regulamento a menção, ao final, como forma de conscientizar os meliponicultores sobre a necessidade de atender as demais regulamentações.

Art. 12. O cumprimento das exigências constantes nesta Resolução não isenta o meliponicultor de atender às exigências sanitárias e outras previstas na legislação vigente.

V. Da conclusão e dos pedidos finais

A sugestão aqui apresentada vista SUPPLICAR a esta Câmara Técnica que dê atenção suficiente a este tema tão importante qual seja o da regulamentação da meliponicultura da proteção das abelhas nativas sem ferrão e do meio ambiente.

Como cidadão e meliponicultor, PEÇO encarecidamente que não tratem as abelhas nativas sem ferrão como um animal silvestre qualquer, conhecem de seu comportamento e de sua biologia.

Também SUPLICO que não tratem os criadores de abelhas sem ferrão como criminosos ambientais, pois nós somos os principais agentes de preservação destes animais de nossa sociedade!

Faço então um APELO especial, para que releiam a proposta que se encontra em discussão, e tentem identificar a pertinência ou não de toda a minha exposição de motivos, e que salvo melhor juízo ambiental, que realizem a devida mudança plena que este projeto clama!

Peço que analisem as propostas que fiz para alteração e promovam um amplo debate, não somente internamente junto da Câmara Técnica, mas também junto com a sociedade em geral e especialmente com a comunidade científica, não somente nas áreas biológicas, mas principalmente nas áreas humanas. Que tenham ouvidos os cientistas do direito, os cientistas da sociologia, os cientistas da economia, os cientistas da história e filosofia, que a participação da comunidade científica seja ampla o suficiente para abranger a proteção do meio ambiente em sentido amplo, da forma como estabelecido pela Constituição Federal, e da forma como definido em lei como objetivos e princípios da Política Nacional do Meio Ambiente, o qual o CONAMA deve resguardar.

Fico à disposição para prestar maiores informações, esclarecimentos ou qualquer tipo de apoio.

Para entrar em contato comigo, disponibilizo o endereço de e-mail okjuridico@gmail.com e meu telefone: (11) 97514-7091 ou Whatsapp (11) 99208-9421.

Aguardo pela confirmação de recebimento desta carta e também de uma posição sobre o tema.

Atenciosamente

Áttila Okada

Advogado e Meliponicultor

Atenção, esta mensagem possui links para sites externos cuja segurança não pôde ser verificada. É de fundamental importância comportar-se de maneira segura em nossa rede, não abrindo anexos desconhecidos, ainda que supostamente enviados por pessoas conhecidas. Também não convém seguir links para páginas externas, ainda que estas tentem chamar sua atenção com supostos avisos de débitos, processos, propagandas, recadastramentos e etc. Em caso de dúvida, contate a CGTI no ramal 2770